

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAIBA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAIBA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

João Pessoa, março de 2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG- Relatório de gestão

IN- Instrução Normativa

NE- Norma de Execução

SR- Superintendência Regional

LP- Licença Prévia

LIO- Licença de Operação

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

PA – Projeto de Assentamento

Sumário

Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	7
<u>2</u> Objetivos e Metas Institucionais.....	8
2.1 Responsabilidades Institucionais.....	8
2.1.1 Competências	8
Objetivos estratégicos.....	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	13
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	13
2.2.2 Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamento	14
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	14
2.2.4 Divisão de Administração.....	15
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	16
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	16
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.	17
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	20
2.3.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	24
<u>2.3.1.4</u> Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	27
<u>2.3.1.5</u> Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	34
<u>2.3.2</u> Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	36
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de	37
<u>2.3.2.2</u> Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	41
2.3.2.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de	45
2.3.2.4 Ação 0427 – Concessão de Créditos.....	54
2.3.2.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	54
<u>2.3.3</u> Programa 1350 – Educação no Campo.....	57
2.3.3.1. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a	58
<u>2.3.3.2</u> Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	63
<u>2.3.4</u> Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	65
2.3.4.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	66
<u>2.3.4.2</u> Ação 2272 - Gestão do Programa	72
<u>2.3.5</u> Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	74
2.3.5.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	75

2.3.5.2	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	79
2.3.5.3	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	82
2.3.5.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	84
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	86
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	87
2.3.7	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	90
2.3.7.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	91
2.3.8	Programa 1120 – Paz no Campo	93
2.3.8.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	94
2.3.9	Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres	97
2.3.9.1	Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural	98
2.3.10	Programa 0750 – Apoio Administrativo	100
2.3.10.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	101
	Desempenho Operacional.....	104
2.4.1.	Programação Orçamentária	104
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	104
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes	104
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital.....	104
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	104
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	105
2.4.2	Execução Orçamentária	106
	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	107
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação.....	107
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	108
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	110
2.4.3.	Evolução de Gastos Gerais.....	111
2.4.5.	Indicadores de Desempenho.....	113
3	Informações sobre a composição de Recursos Humanos	114
3.1	Composição dos Recursos Humanos.....	114
3.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos	114
3.1.2	Composição e custos de Recursos Humanos	115
3.2	Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	117
3.3	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.	118

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	119
4 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	122
<u>5</u> Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	123
<u>6</u> Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	124
<u>7</u> Previdência Complementar Patrocinada.....	125
<u>8</u> Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	125
<u>9</u> Renúncias tributárias.....	125
10 Operações de fundos	125
<u>11</u> A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	125
11B. Determinações e recomendações do TCU	128
<u>12</u> Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	130
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	131
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	133
15. Informações Contábeis da Gestão.....	133
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	139

Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra na Paraíba			
Denominação abreviada: SR(18)PB			
Código SIORG: 4140	Código LOA:		Código SIAFI: 373047
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	PABX (083) 3049-9200	FAX (083) 3049-9264	GABINETE (083) 3049-9215
Endereço eletrônico: incrapb@jpa.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Desportista Aurélio Rocha, 592, Bairro dos Estados, CEP 58031000, João Pessoa, Paraíba.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto-lei n.º 1.110, publicado no DOU de 10 de julho de 1970, teve sua estrutura organizacional aprovada pelo Decreto n.º 5.735, publicado no DOU de 28 de março de 2006, com nova redação dada pelo Decreto n.º 5.928, publicado no DOU de 14 de outubro de 2006, revogados pelo Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno aprovado através da Portaria MDA/nº 20, de 20 de abril de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação)			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Texto		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Texto		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		

2 Objetivos e Metas Institucionais

2.1 Responsabilidades Institucionais

Competências

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do País, é partícipe essencial no desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de emprego e renda no meio rural.

As Superintendências Regionais, órgãos descentralizados, são executoras dos principais programas e ações indutores destes objetivos, cabendo-lhes coordenar e executar as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

2.1.2 Objetivos estratégicos

A discussão do Plano de Ação para 2009 teve início em outubro de 2008 através da elaboração, por parte das Superintendências Regionais, de um Diagnóstico Qualitativo/Quantitativo, destacando principais entraves/dificuldades e potencialidades/capacidades identificados na execução e operacionalização das ações. Naquele momento, importa destacar que as Superintendências Regionais deveriam ajustar-se também ao disposto nos Acórdãos 2633/2007 e 1684/2008, no sentido de regularizar o passivo de licenciamento ambiental dos PA's criados até 2007, bem como impedir a criação de novos assentamentos em desconformidade com a legislação ambiental, sendo a Licença Prévia-LP um pré-requisito para a criação de projeto de assentamento e a Licença de Instalação e Operação-LIO, o um pré-requisito para a sua instalação e operação, de conformidade com o disposto na Resolução CONAMA 387/2006. Em consequência, ocorreram paralisações na aplicação dos créditos e obras assegurados em 2007 e atraso nas contratações de 2008, que acarretou grande volume de recursos inscritos em Restos a pagar,

a serem aplicados no exercício de 2009.

Este e outros fatores da conjuntura agrária obrigaram a Autarquia a rediscutir e atualizar o seu Plano Estratégico, com foco em três características: ser qualitativamente substantiva, politicamente sustentável e operacionalmente viável, destacando os principais Valores Públicos efetivamente gerados pelo INCRA:

4. Democratização do acesso à terra.
5. Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva.
6. Cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária.
7. Reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

O documento denominado Ajuste Estratégico reafirma os rumos desenhados em meados de 2003 e reorienta outras ações para o biênio 2009/2010, com cinco diretrizes a seguir:

1 O INCRA implementará a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país,

... contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia.

2 O INCRA implementará a Reforma Agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

... contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

3 O INCRA implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais,

... contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

4 O INCRA implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infra-estrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes,

... contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agro-ecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

5 O INCRA implementará a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais,

... contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Após o Ajuste Estratégico e a edição do Decreto 6.808, de 27 de março de 2009, que trata sobre corte orçamentário as metas e limites orçamentários foram redefinidos e aprovadas pelo Conselho Diretor com corte de aproximadamente 55% das propostas iniciais.

Em 2009, o quadro de pessoal do INCRA na Paraíba totalizava 139 servidores. Destes, 36 encontravam-se desempenhando atividades da área meio e de suporte burocrático/administrativo das outras áreas.

Os outros 103 servidores, incluídos os 15 motoristas, desenvolvendo funções das áreas finalísticas, concentrados basicamente em atividades de campo.

Entre as diversas atividades executadas no exercício de 2009, destacamos algumas que no entender desta Instituição, contribuiu positivamente para qualificação dos resultados e melhoria no desenvolvimento das futuras ações.

1. Intensificação da ação de retomada de lotes ocupados irregularmente, através da criação de grupo de trabalho oficializado pela Ordem de Serviço 59 e 61/2009, cujos resultados proporcionaram maior nível de credibilidade à Instituição;

2. Elaboração do Plano de Regularização Ambiental dos Projetos de Assentamento 2009-2011, em atendimento aos Memorandos Circulares INCRA/DTM/Nº70/2009 e nº 082/2009, com vistas à determinação do Tribunal de Contas da União, do Acórdão nº 2.633/2007 e 1684/2008;
3. Aproximação com os trabalhadores rurais através da Administração Itinerante, realizada em reuniões de fóruns regionais, solucionando problemas de imediato ou encaminhando as demandas identificadas, com vistas a atender as expectativas com maior celeridade;
4. Finalização da reestruturação e modernização da Rede lógica/elétrica, relativo ao Projeto de Modernização Tecnológica, com vistas à ação estruturante do ponto de vista da Gestão da Informação;
5. Assentamento de 430 famílias, das quais 206 assentadas em oito novos PA's. As demais 224 famílias foram assentadas em vagas e/ou retomadas de parcelas.

TABELA 1 – TOTAL DE ASSENTAMENTO NO ESTADO – CRIADOS E RECONHECIDOS PELO INCRA

PROJETOS DE ASSENTAMENTO	QUANTIDADE	ÁREA (HA)	CAPACIDADE CRIADA (FAM)	FAMÍLIAS ASSENTADAS
Criados pelo INCRA	238	243.770,5760	12.746	12.447
Reconhecidos do Estado	33	8.797,8506	1.267	1.171
TOTAL	271	252.568,4266	14.013	13.618

Nota: até 31 de dezembro de 2009

Fonte: SIPRA

TABELA 2 - ASSENTAMENTO FAMÍLIAS

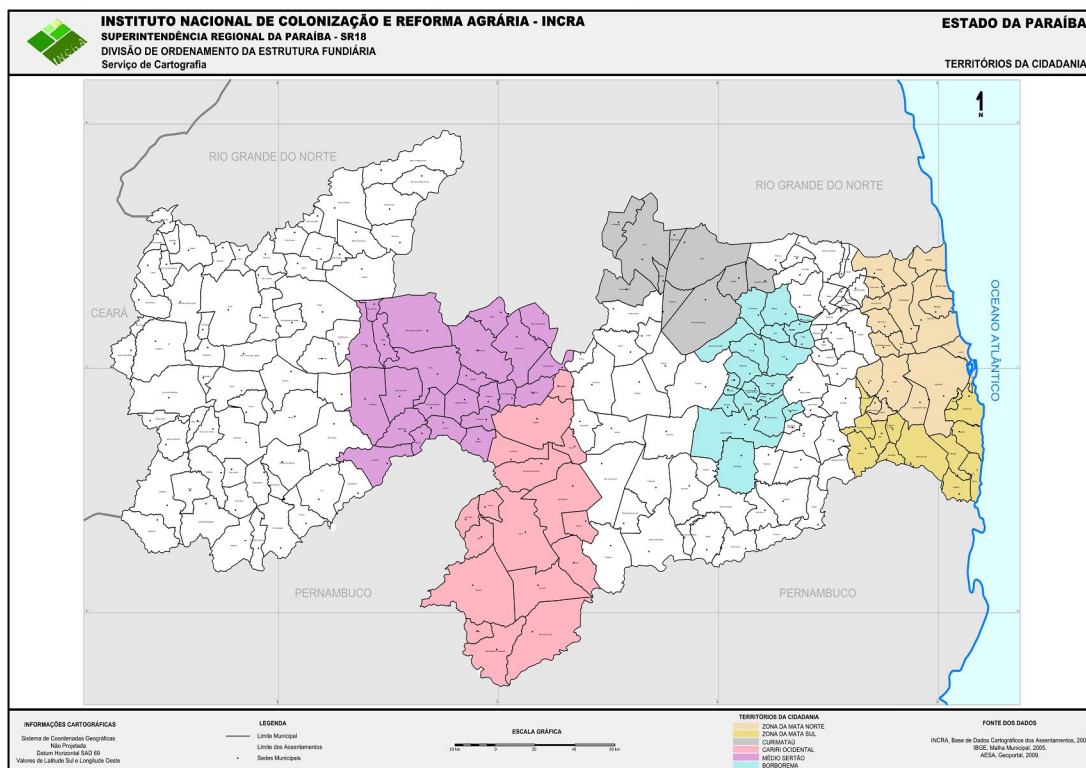
EXERCÍCIO	PROJETOS CRIADOS	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS CRIADOS NO EXERCÍCIO	FAMÍLIAS ASSENTADAS EM VAGAS / SUBSTITUIÇÕES	FAMÍLIAS RECONHECIDAS DO ESTADO	TOTAL
2004	10	12.646,7500	389	624	735	1748
2005	16	11.215,8611	575	534	266	1375
2006	5	2.936,2984	99	440	160	699
2007	9	11.109,1834	321	234	2	557
2008	10	16.817,7393	311	241	7	559
2009	8	6.111,0081	206	224	0	430
TOTAL	58	60.836,8403	1901	2261	1170	5332

Fonte: SIPRA

Das 13.618 famílias assentadas até 2009, 5.332 ou 39,15% , ocorreram no período de 2004-2009. Destas, 1901 ou 14,95% referem-se às famílias assentadas em projetos de assentamento criados nesse período. O assentamento de 24,20% restante através de retomadas/substituições e reconhecimento de famílias assentadas em projetos de assentamento do Estado (sem custo de obtenção do imóvel) demonstra que tem havido, ano após ano, incremento e priorização cada vez maior das ações de qualificação dos assentamentos, com direcionamento de recursos para estas ações em detrimento da obtenção.

Além dessas diretrizes, desde o PPA 2008-2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, juntamente com outros 18 Ministérios, vem executando suas ações no contexto do Programa Território da Cidadania, cujo objetivo geral é a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, tendo como objetivos específicos a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, o planejamento e integração de políticas públicas, ampliação da participação social e a busca da universalização de programas básicos de cidadania.

FIGURA 1 - TERRITÓRIOS DA CIDADANIA



A partir dos critérios técnicos: menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número com baixo dinamismo econômico; e maior organização social, foram selecionados 120 territórios em todo o país.

No Estado da Paraíba são 06 Territórios da Cidadania, num total de 104 municípios, com população de 2.426.838. Destes, 421.456 correspondem à população rural, sendo 71.339 (17%) referentes à agricultura familiar, dos quais 9.422 (13,20%) famílias oriundas de projetos de assentamento da reforma agrária. Estas famílias estão distribuídas em 170 projetos de assentamento (62,74%) do total de 271 no estado da Paraíba. São 12 comunidades quilombolas e três indígenas.

Do total de recursos aplicados em 2009, R\$ 10.949.105,00 milhões foram destinados aos Territórios de Cidadania. Este volume representa 49,76% do total de recursos executados pela Superintendência em 2009.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Após os ajustes estratégicos determinados pela Direção central e conforme respectivas obrigações regimentais as Divisões executaram as ações com foco especial para:

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

1. Supervisão e acompanhamento do Convênio com o Governo do Estado para ações Georreferenciamento e Regularização Fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas de Transposição de águas do rio São Francisco;
2. Intensificação das ações de Cadastro e Certificação de imóveis rurais;
3. Intensificação do controle das aquisições de terras por estrangeiros residentes no país, através da fiscalização e acompanhamento dos projetos de exploração com vistas a regular as autorizações;
4. Restabelecimento da capacitação da rede de atendimento das Unidades Municipais de Cadastramento, diminuindo a sobrecarga na Superintendência;

5. Fortalecimento das atividades de identificação, delimitação e regularização dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos;
6. Capacitação continuada dos servidores para cumprimento das atividades de regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos.

2.2.2 Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamento

1. Articulação com a Procuradoria e o Poder Judiciário no sentido de se manter bloqueado, por ocasião do ajuizamento da ação, o montante destinado à indenização de benfeitorias equivalente à recomposição de danos ambientais constatados;
2. Ampliação das parcerias visando a obtenção de imóveis rurais preferencialmente de forma não onerosa;
3. Planejamento e execução das ações relativas à implantação do Projeto de Assentamento com a efetiva participação da comunidade assentada;
4. Priorização das ações para execução das atividades previstas na NE 70/08, que trata sobre identificação e correção das inconsistências referentes aos critérios e elegibilidade na seleção de beneficiários da Reforma Agrária.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

1. Manutenção das articulações interinstitucionais com vistas a melhoria das ações executadas no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial;
2. Incremento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental e de Capacitação de assentados;
3. Participação e atendimento das demandas identificadas durante as reuniões da Administração Itinerante ;
4. Promoção da retomada de parcelas ocupadas irregularmente nos Projetos de Assentamentos, de forma transparente e sob controle social;
5. Viabilização para acesso dos beneficiários da reforma agrária no programa de Aquisição de Alimentos-PAA, no âmbito do MDA, voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento;

6. Identificação e averbação, junto aos respectivos cartórios de registro de imóveis, as áreas de reserva legal dos projetos de assentamento a serem qualificados/recuperados;
7. Fortalecimento e apoio aos programas voltados à agroindústria, comercialização e integração da comunidade no processo cooperativo;
8. Contribuição para a inclusão social por meio da democratização do acesso à educação formal, respeitando a diversidade cultural, étnica, social e política nas áreas de Reforma Agrária, através da escolarização e formação técnico-profissional de nível médio e superior em diversos Projetos de Assentamento;

2.2.4 Divisão de Administração

2. Racionalização dos procedimentos das atividades administrativas;
3. Identificação das necessidades referentes à aquisição de mobiliários em geral, para suporte administrativo aos setores da Superintendência;
4. Apoio ao setor de informática para viabilização da implantação da rede lógica na Superintendência.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso de Lisboa de Lacerda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Edvaldo Pereira da Silva

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

¹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 3 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

FUNÇÃO (A)	SUB FUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORID ADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010 (H)	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	631	A	3	FAM	550	430	0	78,18

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

PO 2009 R\$(A)	PROVISÃO RECEBIDA R\$(B)	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
		R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
22.000,00	29.991,44	23.586,56	78,64	23.586,56	78,64	23.586,56	78,64

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios e valores fixados através da NE/INCRA/45, de 25 de agosto de 2005, publicado no DOU 166, de 29 de agosto de 2005.

Principais resultados:

Atualmente, no Estado da Paraíba existem 87 acampamentos, com 3668 famílias em diversos municípios do Estado da Paraíba. Destas, aproximadamente 11% foram atendidas em 2009 como novos beneficiários da Reforma Agrária. Das 430 famílias assentadas, 206 foram assentadas em Projetos criados no exercício de 2009 e 224 resultaram de substituições de lotes retomados ou assentamento em vagas disponíveis de projetos criados em outros exercícios.

As metas constantes da Tabela denominada “**Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**” acima foram aprovadas após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6808/09. As propostas desta Superintendência para 2009 indicavam atendimento de 500 famílias, no valor de R\$ 28.800,00.

Considera-se o alcance de um índice de 78,18% como resultado satisfatório, embora parcialmente prejudicada em função da não imissão de posse de alguns imóveis, meta relativa a Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, ação 4460, do Programa 0135. O grau de eficiência desta ação no exercício de 2010 deverá aumentar consideravelmente, em função do estágio avançado em que se encontram os vários processos de obtenção.

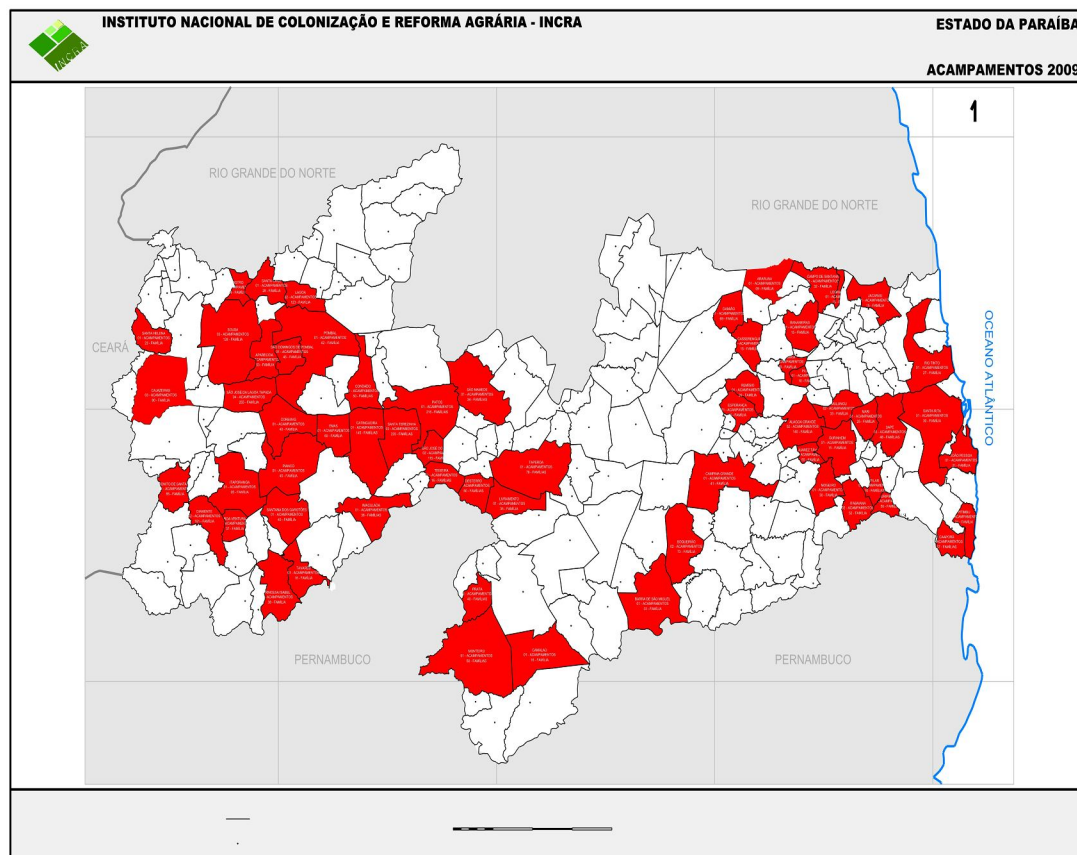
Importa registrar que através desta ação foi possível a continuidade dos trabalhos para cumprimento da Norma de Execução/INCRA/ 70/2008, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificação e correção das inconsistências referentes aos critérios e elegibilidade na seleção de beneficiários da Reforma Agrária, resultando na notificação in-loco de 536 assentados com algum tipo de irregularidade cadastral no SIPRA, dos quais recebidas 432 defesas e destas, após análise, 278 encaminhadas à Procuradoria, para manifestação.

A ação não sofreu impactos com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo no valor das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009.

Principais problemas:

Contingenciamento de recursos ocorrido através do Decreto 6808/09, que inviabilizou a obtenção de imóveis em tempo hábil para imissão de posse e criação de Projetos de Assentamento e respectivo cadastro de famílias.

FIGURA 2 - MAPA DOS ACAMPAMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009



2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 5 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO DA AÇÃO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA PO 2009	META REALIZADA	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i = g/f)
21	631	A	3	ha	60.300,00	31.852,4685	19.178,65	52,82

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 6 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
164.000,00	317.376,94	298.434,71	94,03	289.540,62	91,22	289.540,62	91,22

Fonte: SIAFI

As metas constantes das Tabelas acima foram aprovadas após o contingenciamento estabelecido pelo Decr eto 6808/09. As propostas desta Superintendência para 2009 indicavam execução em 50.000,0000ha, no valor de R\$ 294.833,00.

O cumprimento desta ação atende determinação da Lei 8629/93 e a Medida provisória 2183/2006 e suas alterações, bem como critérios definidos através da NE/Incra/DT/52/2006 que aprova o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial.

TABELA 7 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Vistoria preliminar	ha	12.173,31	6.749,58	7910	7.321,00	20.083,31	14.070,58
	Imóvel	12	6	6	8	18	14
Vistoria Avaliação	Há	6.306,61	503,7412	5.423,07	4.604,33	11.729,68	5.108,07
	Imóvel	8	1	6	4	14	5
Vistoria e Avaliação conjunta	ha	39,4787	0	0	0	39,4787	0
	imovel	1	0	0	0	1	0
Imissão Posse	Há	0	0	3.598,42	0	3.598,42	0
	Imóvel	0	0	5	0	5	0
Perícias Judiciais	Há	0	0	7.390,09	0	7.390,09	0
	Imóvel	0	0	7	0	7	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Trata-se de uma das ações mais demandadas pelos movimentos sociais haja vista que é o princípio, meio e quase fim da criação do projeto de assentamento e conseqüente assentamento das famílias.

A ação demanda tempo e recursos significativos e envolve atividades relacionadas desde pesquisas cartoriais, notificação de proprietários, vistorias preliminares identificação do passivo ambiental, vistorias de avaliações, imissão de posse, até as perícias judiciais, executadas basicamente em campo.

Principais resultados

A meta executada é a constante da Tabela denominada “**Detalhamento da Meta Física**” “Total” concluídas, somadas as metas das atividades de Vistoria preliminar e de Avaliação, relativas aos exercícios anteriores e os 2009. Em geral isso ocorre, considerando que os estágios podem (conclusão de vistorias/avaliações) avançar o exercício seguinte ao início

das atividades de campo, já que a execução só se encerra após entrega do laudo pelo técnico. Como pode se verificar na mesma Tabela, coluna “em execução”, para o exercício de 2010 já existe esta situação.

Ressalte-se que dos relatórios conclusivos das vistorias preliminares podem resultar em imóveis não passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, seja por produtividade ou inviabilidade (de solos ou custo e/ou área menor que 15 módulos) ou algum óbice judicial. Os que não se enquadram nessas condições são encaminhados para Decreto e só após, para vistorias de avaliação, momento em que também pode ocorrer algum tipo de inviabilidade.

Quando se tratar de aquisição de imóveis por outras formas de obtenção, (Decreto 433/92 e suas alterações ou através da Lei 4.132/62), as vistorias preliminares e de avaliação ocorrem de forma conjunta.

Simultaneamente a estes procedimentos, são elaborados os Relatórios de Viabilidade Ambiental para efeito de requerimento do Licenciamento Ambiental-LP.

Para elaboração dos laudos de avaliação faz-se necessário a atualização semestral das planilhas de preços referenciais de imóveis rurais e benfeitorias. Porém, em 2009, considerando a insuficiência de recursos, foram atualizadas somente as áreas das microrregiões onde existiam processos em andamento para obtenção.

Diante das justificativas acima expostas, consideramos os resultados bastante satisfatórios.

Principais problemas

Dificuldades na obtenção de informações cartorárias e na consecução da notificação aos proprietários rurais em atendimento à legislação pertinente, acarretando maior número de dias para deslocamentos, além dos corriqueiros recursos judiciais impetrados pelos proprietários, que paralisam os processos.

A insuficiência de recursos, considerando que a ação é parte responsável pelos contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativo/operacional (combustíveis, manutenção/locação de viaturas, passagens e publicações diversas). As despesas são divididas proporcionalmente à demanda de cada ação.

Em geral, os recursos não são descentralizados na sua totalidade, e em 2009, agravado com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6.808/09, obrigou os

gestores a, mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, em função das despesas contratuais imprescindíveis para concretização das metas, quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para seis meses desses serviços. O acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6.907, de julho de 2009 também impactou negativamente na execução das ações. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

2.3.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 8 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZAD A EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	631	A	3	Ha	6.613,0000	2071,0292	0	33,64

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 10 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
2.299.633,00	2.851.937,65	2.851.937,65	100,00	2.687.356,56	94,22	2.687.356,56	94,22

Fonte: SIAFI

As metas constantes das Tabelas acima foram aprovadas após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6.808/09. As propostas desta Superintendência para 2009 indicavam a obtenção de 8.000,0000ha, no valor de R\$ 5.850.000,00.

O cumprimento da meta desta ação é consequência da efetividade da ação anterior, denominada Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, inclusive quanto aos eventuais óbices judiciais. Nesta ação, as características que dizem respeito à localização, acesso e dimensão, além de benfeitorias, variam de imóvel para imóvel, impactando no valor dos títulos e das benfeitorias.

Ressalte-se que para efeito de pagamento, a área indenizada (ha) é sempre a menor, seja a do Registro de imóvel no cartório ou a área identificada e medida em campo.

TABELA 11 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

Nº ORDEM	NOME DO IMÓVEL	MUNICIPIO	AREA AVALIADA (HA)	VALOR TDA	BENFEITORIAS (R\$)	SOBRAS TDA (R\$)	TOTAL (R\$) - TDA, BENFEITORIA E SOBRAS DE TDA
1	Cabeça do Boi, Serrotes Verdes e Farinha Velha	Pocinhos	506,5600	265.094,64	62.709,77	43,93	327.848,34
2	Trincheiras	Boqueirão	933,0163	196.274,64	231.867,30	50,65	428.192,59
3	Faz. Nossa Senhora da Conceição	Itabaiana	226,1831	223.894,40	225.149,85	83,41	449.127,66
4	Tambauzinho	Santa Rita	115,8516	202.330,80	164.533,15	47,94	366.911,89
5	Fazenda Esperança	Riacho de Sto. Antônio	289,4008	94.256,40	46.306,40	39,06	140.601,86
			2.071,0118	981.850,88	730.566,47	264,99	1.712.682,34
6	Garra, Saco Velho I e II	Diamante	1.568,6636	235.512,03	99.678,96	45,95	335.236,94
7	Fazenda Cabano	Diamante	1.053,2975	212.481,75	42.452,66	36,51	254.970,92
			2.621,9611	447.993,78	142.131,62	82,46	590.207,86
TOTAL			4.692,9729	1.429.844,66	872.698,09	347,45	2.302.890,20

A Tabela acima “Detalhamento da meta física e Execução orçamentária/financeira” demonstra que a meta executada refere-se aos imóveis cujos Títulos da Dívida Agrária e pagamento de benfeitorias, juntos, ocorreram no exercício de 2009, conforme itens de 1 a 5, da coluna Total TDA/Benfeitorias.

Principais resultados:

O percentual da execução da meta física ficou muito aquém da expectativa desta SR, considerando que além destes cinco imóveis obtidos, foram enviados a sede, com vistas aos lançamentos dos títulos de dívida agrária e pagamento de benfeitorias, processos devidamente instruídos para obtenção de outros 06 imóveis, correspondente a aproximadamente 8.412,5232ha, que não lograram êxito em função do contingenciamento

ocorrido através do Decreto 6808/09. Caso não houvesse ocorrido este entrave, a meta alcançada seria de 10.483,5524ha , ou 158% da meta estabelecida.

Registre-se que na mesma Tabela, itens 6 e 7, as despesas relativas às benfeitorias dos imóveis foram assegurados por esta Superintendência, com orçamento de 2008, e os Títulos da Dívida Agrária com orçamento de 2009, empenhos executados pela Diretoria de Administração, com sede em Brasília.

Principais problemas:

Contingenciamento dos recursos, que impossibilitou o lançamento dos Títulos da Dívida Agrária e pagamento de benfeitoria de vários imóveis aptos, aportados na Diretoria de Administração desde meados de 2009.

2.3.1.4 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 12 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	631	A	3	Licença protocolada	26	19	0	73,08

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 13 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
71.383,00	89.194,20	82.042,61	91,98	74.962,07	84,04	74.962,07	84,04

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios da Resolução CONAMA nº 387/2006; Normas de Execução/INCRA/SD/nº 43/2005 e nº 44/28-06-2005; Norma de Execução/INCRA/DD/nº 71/20; *Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária*;

Manual Operacional de ATES; TCU - Acórdão nº 2.633/2007 (publicação em DOU 11/12/2007); TCU - Acórdão nº 1.684/2008 (publicação em DOU 18/08/2008).

Antecedentes

Em 1998, foi lançado o Programa “Terra que te quero verde”; primeira manifestação escrita do INCRA sobre a temática ambiental na reforma agrária. Este programa materializava um acordo entre o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o INCRA, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA. Seu lançamento deveu-se, em grande medida, à freqüente aparição na mídia, de denúncias de supostos impactos ambientais causados por assentamentos do INCRA, sobretudo, na região Norte do país.

Naquela época não existia uma norma específica para o licenciamento ambiental dos assentamentos, o que só viria a ocorrer com o advento da Resolução CONAMA nº 289, de 25/10/2001.

Com o advento da referida norma ficou evidenciada a existência de um grande passivo ambiental nas ações do INCRA, o que expunha o órgão a sanções administrativas aplicáveis pelos órgãos de controle ambiental e criava sérios obstáculos à concessão de crédito rural aos assentados, já que os agentes financeiros exigiam a regularização ambiental do assentamento e de sua reserva legal para liberar os financiamentos. Para contornar este empecilho, foi assinado, em 17/10/2003, o *Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta* (chamado “TAC nacional”) pelo MDA/INCRA; MMA/IBAMA e Ministério Público Federal cuja validade perdurou até o dia 17/10/2006. Apesar de sua vigência ter sido prorrogada por mais seis meses, o “TAC nacional” ficou muito longe de atingir seus objetivos, permanecendo o passivo ambiental do INCRA quase inalterado.

Tal fato não passou despercebido pelo Tribunal de Contas da União, que através do TCU-Acórdão nº 2.633/2007 (Publicação em DOU 11/12/2007) determinou ao INCRA a adoção de diversas providências, destacando-se entre elas: a) que o Órgão não crie projetos de assentamento sem que tenha a respectiva Licença Prévia – LP e que não implante (instale) nem ponha em operação os projetos sem a respectiva Licença de Instalação e Operação – LIO; b) que a reserva legal tem que estar perfeitamente delimitada e caracterizada por ocasião do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA (...); c) que crie programa de regularização de todos os projetos de assentamento existentes no que diz respeito ao licenciamento ambiental, que contemple as metas a serem cumpridas, as ações a serem adotadas, o cronograma de implantação e os recursos necessários, tendente a eliminar o seu passivo ambiental; e d) que adote medidas com vistas à elaboração e à implementação de projetos que assegurem o uso sustentável das reservas legais nos assentamentos rurais.

Mais tarde, por intermédio do TCU - Acórdão nº 1.684/2008 (Publicação em DOU 18/08/2008), item 9.1, o Tribunal de Contas da União veio esclarecer que a determinação que constava no TCU - Acórdão nº 2.633/2007-item 9.3.1 referia-se à criação de novos projetos de assentamento a partir da data em que o Acórdão nº 2.633/2007 entrou em vigor. O Relatório de Auditoria afirmou que a medida “teve por intenção impedir a criação de novos assentamentos em desconformidade com a legislação ambiental (...)”.

Seguindo orientação do INCRA nacional, no intuito de obedecer às determinações do TCU, a Superintendência Regional no Estado da Paraíba formulou o seu *Plano de Regularização Ambiental dos Assentamentos* para o período de 2009 a 2011, tendo como metas, entre outras, o requerimento de 34 (trinta e quatro) Licenças de Instalação e Operação – LIO para o ano de 2009; 31 (trinta e uma) para 2010 e 31 (trinta e uma) para 2011.

Para facilitar as ações relacionadas com o licenciamento ambiental a SR(18) firmou os seguintes Termos de Cooperação Técnica com os órgãos de controle ambiental:

1. Termo de Cooperação Técnica INCRA-PB/SUDEMA, vigência: de 30/12/2003 a 30/12/2006;
2. Termo de Cooperação Técnica INCRA-PB/IBAMA-PB, vigência: de 3/02/2004 a 3/02/2007;
3. Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/SUDEMA, com vigência de 13/04/2007 a 13/04/2011;
4. Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/IBAMA-PB, com vigência de 21/05/2007 a 21/05/2011.

Principais resultados

As metas constantes das Tabelas Execução Física e Execução Financeira/orçamentária das ações foram aprovadas após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6808/09. As propostas desta SR para 2009 indicavam o protocolo de 35 Licenças , no valor de R\$ 162.500,00.

Observa-se que a ação de licenciamento ambiental desdobra-se em três vertentes que são: licenciamento prévio (imóveis em processo de obtenção); licenciamento de operação (projetos de assentamento) e regularização das áreas de reserva legal. Ressalta-se que a ação

não faz distinção entre LP e LIO, o que é um aspecto a ser aperfeiçoado, isto é, fazer a distinção entre meta de LP e meta de LIO.

Principais resultados na área de licenciamento prévio

Em 2009, a Superintendência Regional protocolou o requerimento de 19 (dezenove) LP. Foram expedidas pela SUDEMA 9 (nove) Licenças Prévias, ressaltando que todos os assentamentos criados pela SR(18) a partir da publicação da Resolução CONAMA nº 289, de 25/10/2001 possuem a Licença Prévia – LP.

Principais resultados na área de licenciamento de operação

Quanto a LIO depende da elaboração dos estudos ambientais dos assentamentos, tais estudos são: Projeto Básico (PB) ou o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) ou o Plano de Recuperação de Assentamento (PRA);

Em 2009, a Superintendência não requereu nenhuma LIO.

Fica evidente, portanto, que a Superintendência não atingiu a meta física devido ao desempenho no requerimento da LIO, o que se deveu aos seguintes fatores: a) O Incra não recebeu nenhum dos produtos que compunham o objeto do contrato com empresa CONSPLAN para a elaboração de 17 (dezesete) Projetos Básicos; b) o Incra ainda não aprovou os 12 PDA's e 06 PRA's entregues pelas entidades contratadas para a prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES). Desse modo, sem ter estes estudos ambientais não foi possível o requerimento das LIO's.

Principais resultados na área de regularização das áreas de reserva legal dos assentamentos

Em fevereiro de 2009, a SR(18) firmou com a Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a averbação das áreas de reserva legal dos projetos de assentamento do INCRA. Como resultado inicial do referido TAC, foi enviada aos Cartórios de Registro de Imóveis, documentação referente à averbação de reservas legais de 19 (dezenove) projetos de assentamento.

Contratações e Parcerias

1- No final do ano de 2008, a SR(18) contratou algumas entidades para prestar serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES) aos assentamentos. Nos referidos

contratos também estava prevista a elaboração de PDA e PRA, instrumentos de planejamento dos assentamentos, que possibilitariam também o requerimento das Licenças de Instalação e Operação (LIO). Entretanto, as empresas contratadas encontraram dificuldades na elaboração dos PDA e PRA, de modo que a SR(18) ainda não recebeu nenhum em pleno acordo com as disposições contratuais. Outro grande problema relacionado às prestadoras de ATEs é que elas não elaboraram *Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais* (Ação 2B06) a fim de recuperar áreas degradadas nos assentamentos por elas assistidos. Esta omissão cria embaraços para a SR(18) cumprir os *condicionantes* das licenças, afetando muito negativamente a ação de licenciamento ambiental, deixando o INCRA vulnerável a sanções administrativas.

2- Em janeiro de 2009, a SR(18) contratou a CONSPLAN (Contrato nº 68/2008 e processo nº 54320.000649/2008-01) para a elaboração de 17 (dezessete) Projetos Básicos de assentamentos do INCRA. O objetivo da contratação era, além de dispor de um instrumento de planejamento dos assentamentos, possibilitar também a apresentação dos Projetos Básicos à SUDEMA, visando à expedição da Licença de Instalação e Operação (LIO). Ocorre que, devido a problemas de infraestrutura da empresa e devido à complexidade do trabalho, a CONSPLAN não conseguiu entregar, no prazo de vigência do contrato, nenhum Projeto que pudesse ser aprovado pelo INCRA, o que prejudicou as metas de licenciamento assumidas pela SR(18) e os compromissos decorrentes do TCU-Acórdão nº 2.633/2007.

Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/SUDEMA, com vigência de 13/04/2007 a 13/04/2011;

Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/IBAMA-PB, com vigência de 21/05/2007 a 21/05/2011.

Principais problemas.

1. Dificuldade em obter os estudos ambientais (PB;PDA;PRA) necessários ao licenciamento, isto faz com que imóveis obtidos para a reforma agrária desde o ano de 2002 ainda estejam apenas com a Licença Prévia, que vem sendo renovada toda vez que termina o prazo de vigência da anterior. Esta circunstância é um forte obstáculo a que a Superintendência Regional venha a cumprir metas de licenciamento acordadas com o TCU, em virtude do Acórdão nº 2.633/2007.
2. Quanto aos assentamentos que já possuem a LIO, que em 2009 eram apenas 11 (onze), a principal dificuldade tem sido o cumprimento dos *condicionantes* das

licenças ambientais. O não cumprimento dos *condicionantes* impedirá a renovação das licenças, expondo a Superintendência a possíveis sanções administrativas aplicáveis pelos órgãos de controle ambiental. Os *condicionantes* têm sido principalmente estes: a) recuperar as áreas de preservação permanente e de reserva legal degradadas; b) averbar a área da reserva legal c) implantar fossas sépticas nas residências dos assentados; e d) destinar, no assentamento, uma área para a colocação de resíduos sólidos. Cada *condicionante* pode ser da competência deste ou daquele setor do INCRA, o que resulta no dever de que as várias Divisões do Órgão trabalhem de modo integrado e cooperativo, visando à execução dessas obrigações.

Com relação ao item a), em todas as licenças ambientais emitidas até o momento, o Órgão Ambiental tem estabelecido o *condicionante* que determina à Superintendência Regional a apresentação e implantação de projeto de recuperação de áreas degradadas em reservas legais e também nas áreas de preservação permanente (APP). Isto depende de uma articulação eficaz entre o INCRA e as entidades contratadas e, ou, conveniadas para prestar serviços de ATES, já que lhes compete, não só o planejamento dos assentamentos (elaboração de PDA e PRA) como também, a formulação de projetos técnicos para a recuperação e a conservação de recursos naturais e, ainda, o acompanhamento da sua execução. Portanto, é imprescindível que os instrumentos em vigência e/ou a serem firmados, contemplem a elaboração dos Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais, fato que, até o presente momento, ainda não ocorreu.

Com relação ao item b) que trata sobre averbação de área de reserva legal, a insuficiência e até da inexistência absoluta de áreas de reserva legal é outra grande dificuldade. Dos 238 projetos de assentamento, 116 (cento e dezesseis) não possuem área de reserva legal em quantidade suficiente, dos quais 39 (trinta e nove) não possuem nenhuma área de reserva legal projetada.

Projeto de assentamento sem área de reserva legal ou com área inferior a 20% da área total do imóvel fica impedido de obter a licença ambiental.

Nos entendimentos entre a SR(18) e os órgãos de meio ambiente no Estado, ainda não se vislumbra nenhuma solução para o problema, tampouco em âmbito nacional, não há, até o momento, alternativas de políticas públicas que possam solucionar esta questão da falta de reserva legal nos assentamentos.

Os itens c) e d) exigem, instrumento legal para implementação desses condicionantes de infraestruturas e identificação do Programa/Ação por onde deverão ocorrer as despesas.

- 3 Prazos muito exíguos para o cumprimento dos *condicionantes* das licenças e também para a apresentação de projetos de recuperação ambiental;
1. Limitações da capacidade operacional e financeira do INCRA e dos órgãos de controle ambiental;
2. Incapacidade das entidades contratadas para elaborar com rapidez e eficácia os estudos ambientais demandados pelo INCRA;
3. Insuficiência de recursos humanos no Serviço de Meio Ambiente;

Com relação à execução orçamentária/financeira, a ação não sofreu impactos com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009. Os recursos foram utilizados basicamente para viabilização do Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/SUDEMA.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 14 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZAD A EM 2010	PERCENTU AL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	122	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 15 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
2.378,00	85.620,44	84.642,91	98,86	26.502,91	30,95	26.502,91	30,95

Fonte:Siafi

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa o suporte para execução dos Programas, e referem-se a pagamento de contratos e/ou despesas fixas de

natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos utilizados nesta ação atenderam necessidades pontuais, considerando que as ações finalísticas do Programa custeiam suas demandas administrativas.

Em 2009, através desta ação, juntamente com as demais dos outros Programas, foi possível a aquisição de mobiliários com vistas a melhoria das instalações de trabalho.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Abdon Bandeira André

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

1.1.1.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Responsável pela ação no âmbito da UJ:

TABELA 16 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORIDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	631	A	3	Família	760	1852	1845	251,57

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 17 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	% (G=F/B)
4.178.168,00	3.311.473,55	3.311.473,55	100	19.200,00	0,58	19.200,00	0,58

Fonte: SIAFI

Antecedentes

A partir do Acórdão 2633/2007, importa registrar que a execução desta ação sofreu solução de continuidade, referente aos contratos de 2007, só retornando à normalidade em

meados de setembro de 2008, após diligências da Superintendência no sentido de atender as exigências ao referido Acórdão. Em função desse fato, as contratações referentes ao exercício de 2008 foram bem reduzidas, o que acumulou o passivo de execução para 2009.

O valor referencial é de até R\$ 5.500,00/fam, podendo ou não, ser utilizado para um só benefício a seguir: infraestrutura de abastecimento de água, acesso ao projeto de assentamento (abertura ou recuperação de estradas, pontes, passagem molhada, etc) e eletrificação rural, incluídos custos para elaboração dos projetos básicos executivos.

As demandas por eletrificação rural são atendidas através do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, executadas pelo Estado, e alguns casos pontuais por esta Superintendência, como ocorreu neste exercício.

Quanto ao acesso aos projetos de assentamento, estas são viabilizadas sempre que demandadas pelos trabalhadores. Normalmente o que é feito é a recuperação das vias de acesso.

As atividades para abastecimento de água ocupam 90% das demandas nos projetos de assentamento.

Trata-se de ação bastante demandada pelos trabalhadores rurais, as quais estão sendo atendidas na medida em que são cumpridos os critérios para execução dos serviços, e em especial, para os projetos criados a partir de 2008, que exigem expedição da Licença de Instalação e Operação-LIO para início de quaisquer atividades de implantação de infraestrutura.

TABELA 18 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009		TOTAL	
		CONCLUÍDA	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDA	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDA	EM EXECUÇÃO
Recuperação de estradas	Fam	320	0	0	179	320	179
	km	3	0	0	32	3	32
Abastecimento de água	Fam	1470	0	0	1530	1470	1530
Outras obras	Fam	62	62	60	136	122	136

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta física executada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” concluídas, e refere-se a obras e serviços de infraestrutura para benefício de 1.852 famílias iniciadas em exercícios anteriores (recursos inscritos em Restos a Pagar), recebidas em 2009, considerando que o marco legal estabelecido para a contabilização das

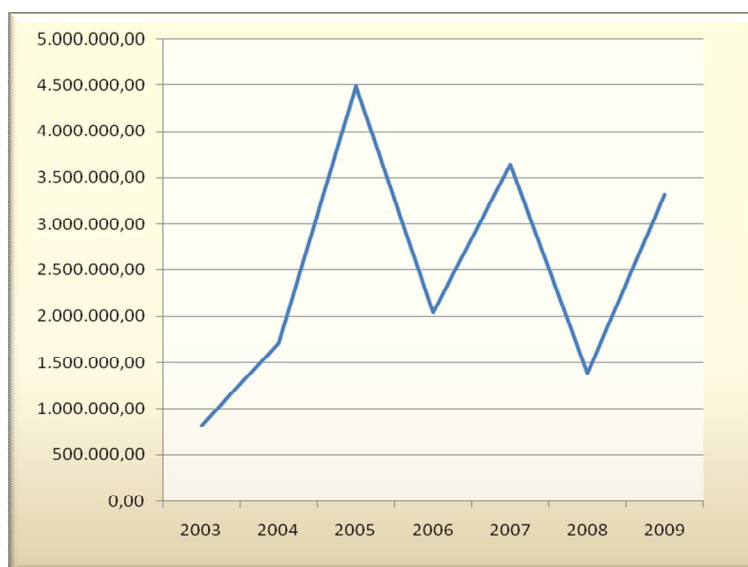
famílias como efetivamente atendidas, se dá por ocasião do recebimento dos serviços, por parte do engenheiro do INCRA e da emissão do Termo de Recebimento.

Já os dados constantes da coluna “Iniciadas em 2009” em execução, trata das obras e serviços de infraestrutura para 1.845 famílias contratados no final do exercício, e que estão na fase de execução, a serem entregues em 2010. Esta é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal, sendo que várias obras iniciam-se em um ano e só vão terminar no ano seguinte.

A diferença entre o custo médio previsto, Tabela “Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ” R\$ 5.498,00 e o custo realizado de R\$ 1.794,00, exercício 2009, é em decorrência de que no custo previsto constam diferentes tipos de obras, tais como estradas, sistemas de abastecimento de água, sistemas elétricos, etc., as quais possuem custos completamente diferenciados. E como pode se verificar, o benefício mais demandado na Paraíba é por abastecimento de água, de tal forma que os recursos recebidos atenderam maior número de famílias.

Em 2009, em função da reduzida capacidade do setor, optou-se pela contratação massiva de serviços de elaboração de projetos básicos executivos para abastecimento de água, construção de estradas e recuperação de açudes. Os projetos básicos encontram-se em execução. É intenção desta Superintendência as contratações de todas as obras no início de 2010, de forma que as execuções ocorram dentro do próprio exercício, o que poderá diminuir consideravelmente a inscrição dos recursos em restos a pagar.

FIGURA 3 – GÁFICOS DE EMPENHOS EM INFRAESTRUTURA BÁSICA



Os resultados alcançados nas atividades de infra-estrutura foram considerados satisfatórios, destacando que dos recursos empenhados em 2009, R\$ 3.311.473,55, R\$ 2.304.848,84 foram destinados aos Territórios de Cidadania, algo em torno de 70%.

2.3.2.2 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 19 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	631	A	3	Família	187	597	208	319,25

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 20 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (G)	% (H=G/B)
74.607,00	39.870,20	39.870,20	100	35.000,00	87,78	35.000,00	87,78

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende a critérios e a valores fixados através da NE/INCRA/76/2008, publicado no DOU 165 em 27 de agosto de 2008.

São diretrizes básicas da ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol, propiciar o aumento de renda dos Projetos de Assentamentos da reforma agrária, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais, com ênfase na Agroecologia.

Deverão ser beneficiados projetos de assentamento implantados ou reconhecidos pelo INCRA, em fase de estruturação ou de consolidação, sendo condição obrigatória, aplicação de recursos na forma de projetos coletivos, em atividade de:

1. - Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias;
2. - Inserção mercadológica e valorização da produção dos assentamentos;
3. - Atividades pluriativas, como Turismo Rural, Restaurantes Rurais, Artesanatos;
4. - Fomento à agroecologia.

Detalhamento da Meta Física

TABELA 21 – DETALHAMENTO DA META FÍSICA

Atividades	Unid	Iniciadas em exercícios anteriores		Iniciadas no exercício de 2009		Total	
		Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução
Projeto de Fomento à Agroindústria e Comercialização	Fam	597	0	0	208	597	208
	PA	40	0	0	18	40	18
	Proj contrat	6	0	0	1	6	1

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Principais resultados

A meta física considerada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” concluídas, que resultou na estruturação de cadeia apícola e de produção para 597 famílias, executada em 2009, referente à aplicação de recursos inscritos em Restos a Pagar. Quanto aos dados constantes da coluna “Iniciadas em 2009”, em execução, são relativos a serviços e à aquisição de material permanente, para estruturação de cadeia apícola para 208 famílias, estando no final do exercício pendente da entrega do material permanente para implantação completa do projeto aprovado.

Como outras ações já descritas, o marco legal estabelecido para a contabilização das

famílias como efetivamente atendidas, se dá por ocasião do recebimento completo dos serviços/obras ou de aquisição de material permanente, através da emissão do Termo de Recebimento pelos técnicos responsáveis.

Por se tratar de atividades não agrícolas, torna-se mais uma alternativa estruturante do ponto de vista da sustentabilidade dos projetos de assentamento e que vem obtendo excelentes resultados no Estado da Paraíba.

As atividades apícolas foram fomentadas na região do Curimataú e Semi-Árido paraibano, regiões que se caracterizam por apresentar baixo índice pluviométrico, e, portanto, áreas com muitas restrições para produção agrícola, passando, assim, a apicultura a ser principal atividade de renda. A produção agrícola fica comprometida durante praticamente nove meses do ano, que corresponde ao período de estiagem. Além do mercado local, as famílias vendem parte da produção à CONAB.

Outro ponto positivo é a questão ambiental, pois juntamente com as ações de produção, estão associadas o plantio de espécies com potencial melífero, inclusive com viveiros florestais em assentamento implantado com essa finalidade.

Quanto às atividades dos grupos de produção, referem-se à estruturação dos grupos de produção de mulheres que residem em Projetos de Assentamentos, da região litorânea, inseridos nos Territórios da Cidadania. Visou à atuação em duas unidades de processamento de doces e salgados, criando espaço para fortalecimento do Grupo de Produção Rural Comunitário de manipulação, processamento e comercialização. Este fato, além de resultar em aumento de renda para as famílias envolvidas, coloca a mulher no cenário produtivo como protagonista de geração de renda, contribuindo para ampliar o debate gênero/geração nos Projetos de Assentamento.

As atividades da Feira do Produtor, na Região de João Pessoa, focaram para o apoio às famílias de Projetos de Assentamento inseridos no Território da Cidadania. Teve como resultado a melhoria na infra-estrutura da feira, proporcionando melhores condições de atendimento ao público consumidor, e uma maior organização e higienização do local, o que contribuiu para manutenção da clientela, estimada em cerca de 2000 pessoas por final de semana. O investimento impactou positivamente na qualidade de vida das famílias assentadas. Houve aumento da produção, com estimativa atual de venda de aproximadamente 40 toneladas de produtos por final de semana, e algumas famílias estimam um lucro livre em torno de três salários mínimos; outras estimam lucros superiores.

TABELA 22 - PROJETOS EXECUTADOS 2008-2009

Nº DE ORDEM	TIPO DE PROJETO APROVADO	PA'S BENEFICIADOS	MUNICÍPIO(S)	TERRITÓRIO DA CIDADANIA	FAM
1	CADEIA APÍCOLA	41	17	3	507
2	FEIRA DO PRODUTOR	14	6	2	152
3	ESTRUTURA GRUPO PRODUÇÃO	2	2	2	95
4	ESTRUTURA GRUPO PRODUÇÃO	1	1	0	51
TOTAL		58	26	7	805

Apesar de promissor, o Programa Terra Sol, enfrentou muitas dificuldades no ano de 2009, no que se refere à capacidade operacional (apenas um servidor) responsável pela gestão da ação, bem como para operacionalização dos trâmites legais e burocráticos referentes aos processos de licitação. As dificuldades resultaram, inclusive, na inviabilização de um investimento de aproximadamente R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

No final do exercício de 2009, a continuidade da ação foi delegada ao Setor de Assessoria Técnica , Social e Ambiental.

1.1.1.1 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 23 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZAD A (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	631	A	3	Documento expedido	0	309	0	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 24 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
0	18.700,00	18.693,45	99,96	18.542,55	99,16	18.542,55	99,16

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios e valores fixados através da IN/INCRA/Nº 30, de 24 de fevereiro de 2006, publicado no DOU em 06.03.2006.

A transferência do domínio em caráter definitivo, dos imóveis rurais originários de projetos de assentamento, para beneficiários da reforma agrária exige o cumprimento de

algumas fases, quais sejam: Verificar se a matrícula do imóvel já se encontra em nome da União, ou seja, se já ocorreu a transcrição da área em nome do INCRA e respectivo cadastramento do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR; planta e memorial descritivo do imóvel georreferenciado, com o parcelamento, se for o caso; registro da planta e respectivo memorial descritivo do PA criado e das parcelas no Cartório de Registro de Imóveis competente; averbação pelo INCRA da Reserva Legal – RL, quando comunitária; definição dos valores básicos a serem considerados para alienação do imóvel; verificação do cumprimento dos direitos e deveres dos futuros titulados (vistorias “in-loco”).

Destas preliminares, é fundamental destacar que até dezembro de 2009, apenas 25,63% (61 imóveis) dos 238 **possuíam matrícula do imóvel em nome do Incra**. Os demais necessitam de atualização de dados cartoriais e/ou resolução de pendências judiciais relacionadas ao registro imobiliário.

Quanto ao último item, entende-se como direito do assentado, a implantação de todas as ações de créditos instalação, infra-estrutura básica e de serviços e a regularização ambiental, necessários para seu desenvolvimento sustentável. Entende-se como dever, o cumprimento, por parte do assentado, das obrigações iniciais constantes do Contrato de Concessão de Uso - CCU.

É necessário destacar, ainda, que o título definitivo contém cláusulas resolutivas, só liberadas após 10 (dez) anos, desde que, dentre outros critérios, estejam quitadas as prestações anuais relativas a alienação do imóvel.

Somam 22 (vinte e dois) os projetos de assentamento consolidados até dezembro de 2009, com 1.387 (mil trezentos e oitenta e sete) assentadas. Destas, tituladas um total de 1.249 (mil duzentos e quarenta e nove) famílias. Do total de famílias tituladas, 780 (setecentos e oitenta) receberam o título até 2002 e 469 (quatrocentos e sessenta e nove) tiveram os processos de titulação iniciados em 2006 e concluídos em 2008.

Convém esclarecer que as atividades inerentes ao cumprimento desta ação são basicamente de campo, por tratar-se de discussão com a comunidade, vistorias “*in loco*”, parcela por parcela (que devem ser supervisionadas uma vez ao ano), destinação de bens comunitários, levantamento de documentação, etc, o que demanda tempo e recurso.

Já as ações de transferência do domínio em caráter provisório são firmadas mediante Contrato de Concessão de Uso – CCU, sendo, portanto, o documento básico dos compromissos assumidos entre o INCRA e as famílias, garantindo-lhes os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, bem como exigência para quaisquer obrigações de ambas as partes.

Principais Resultados

As propostas desta Superintendência para 2009 indicavam atendimento de 934 famílias, no valor de R\$ 17.859,00, que como pode se verificar na Tabela Execução Física e Execução Orçamentária/financeira, sofreu corte de 100% após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6808/09, permanecendo, a ação, paralisada até novembro, quando ocorreu a primeira descentralização de recursos.

Assim, esta ação foi parcialmente executada, com a coleta de assinaturas dos Contratos de Concessão de Uso – CCU referente a 309 (trezentos e nove) famílias em 11 (onze) PA's.

Principais dificuldades

A capacidade operacional para o cumprimento das atividades do Setor de Titulação, até meados de outubro de 2008, resumia-se a 01 (um) servidor. Esse problema foi minimizado com a readequação de servidores de outros setores, contando no final de 2009 com 03 (três) servidores para realização das vistorias necessárias e das demais atividades. Contudo, essa insuficiência de recursos humanos é uma questão, ainda, a ser sanada.

2.3.2.4 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias

Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 25 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZAD A EM 2010	PERCENTU AL DA META REALIZADA (H = G/F)
21	631	OP	3	Família	769	2.214*	0	287,90

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

* Uma mesma família pode ter sido beneficiada com mais de um crédito

TABELA 26 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
8.691.266,00	12.669.900,00	12.669.900,00	100	12.654.900,00	99,88	12.654.900,00	99,88

Fonte: Siafi

O cumprimento desta ação quanto aos valores e critérios está fixado através da IN/INCRA/ N° 54, de 22 de julho de 2009, publicado no DOU em 27/2009.

TABELA 27 - VALORES REFERENCIAIS 2009

MODALIDADE	VALOR
Apoio Inicial	3.200,00
Aquisição de Materiais de Construção	15.000,00
Fomento	3.200,00
Semi-árido	2.000,00
Aquisição de Materiais/ Recuperação	5.000,00

Antecedentes:

A partir do Acórdão 2633/2007, importa registrar que a execução desta ação sofreu solução de continuidade com relação aos contratos de 2007, só retornando a normalidade em meados de 2008, após diligências da Superintendência no sentido de atender as determinações do referido Acórdão. Em função disso, as contratações referente ao exercício de 2008 foram reduzidas, o que avolumou a demanda para 2009.

Trata-se de uma das ações de maior alcance social e de volumes de recursos geridos pela Superintendência. Desde 2004, esta ação teve incrementos orçamentários significativos a cada exercício, com o aumento das modalidades de créditos. Este fato tem possibilitado o atendimento gradativo das demandas acumuladas bem como atende as expectativas das famílias, através das novas modalidades implantadas. Neste ritmo, considerando que os créditos se aplicam uma única vez, a tendência é a diminuição das metas e do volume de recursos na medida em que as demandas vão sendo atendidas.

FUNCIONOGRAMA PARA PLICAÇÃO DOS CRÉDITOS

- 1 – Criação da associação do Projeto de Assentamento, conforme instrumentos normativos;
- 2 – Eleição e posse da diretoria da associação e/ou eleição de 02(dois) representantes por comunidade para compor comissão objetivando o acompanhamento e aplicação dos créditos, em conjunto com a comissão do INCRA (campo). Entregue cópia da

Portaria de criação do Projeto de Assentamento e Norma de Execução que regem a aplicação de créditos à associação;

3 – Formalização do processo administrativo do projeto de assentamento (Superintendência);

4 – Abertura de Conta Bancária específica no Banco do Brasil S/A (bloqueada) para operacionalização dos créditos (Superintendência);

5 – Empenho e Pagamento dos recursos em nome da Associação (Superintendência);

6 – No caso de necessidade de aplicação de créditos de material de construção para recuperação de casas, preliminarmente é efetuado um Laudo Técnico da situação (campo);

7 – A Comissão responsável faz reunião com a comunidade para disseminação de informações referentes à forma de aplicação dos recursos. É entregue a planilha com lista de materiais básicos necessários para execução dos serviços em pauta, com valores referenciais para pesquisa de preço, cuja atividade é executada em conjunto com a comunidade, participação da comissão do INCRA e de fornecedores interessados (campo);

8 – Abertura de proposta de pesquisa de preço e contratação da empresa vencedora. Coleta de assinaturas dos contratos de concessão de créditos pela comissão (campo);

9 – Inicia-se a fiscalização da entrega dos materiais, acompanhamento e supervisão dos serviços pela comissão do INCRA, que atestam as Notas Fiscais e de Serviço em conjunto com os representantes da comunidade e as encaminham através de Ofício ao Banco para o devido pagamento(campo);

10- O acompanhamento é contínuo até que os serviços sejam concluídos e os recursos efetivamente aplicados, anexando-se a prestação de contas ao Processo (campo).

A comissão citada no item 7, é composta por no mínimo 02 (dois) servidores, nomeada por ato do Senhor Superintendente, que também orienta e informa os beneficiários sobre a forma de operacionalização e comprovação junto ao INCRA.

TABELA 28 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009		TOTAL	
		PAGOS	A SEREM PAGOS	PAGOS	A SEREM PAGOS	PAGOS	A SEREM PAGOS
Apoio Inicial	Fam	175	12	223	0	398	12
	PA	8	2	16	16	24	2
Aquisição de Mat. de Construção	Fam	221	29	216	0	437	29
	PA	18	2	14	0	32	2
Fomento	Fam	153	79	77	0	230	79
	PA	11	8	5	0	16	8
Semi-Árido	Fam	363	92	171	0	534	92
	PA	28	8	10	0	38	8
Aquisição de Mat. para Recuperação	Fam	142	43	473	0	615	43
	PA	23	7	15	0	38	7
Complementações de Créditos	Fam	529	234	1786	24	2315	258
	PA	23	18	62	5	80	10

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

As propostas desta Superintendência para 2009, à época do ajuste estratégico, indicavam atendimento de 1.799 famílias, no valor de R\$ 5.988.500,00, considerando as limitações do Acórdão 2.633/07, a capacidade operacional, demanda passível de cumprimento em função dos critérios normativos e as dificuldades de praxe da insuficiência de recursos para acompanhamento e fiscalização.

A meta física executada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” pagos, resultante da soma dos cinco tipos de créditos (não computadas as complementações) para famílias cujos recursos foram depositados nas contas das respectivas associações.

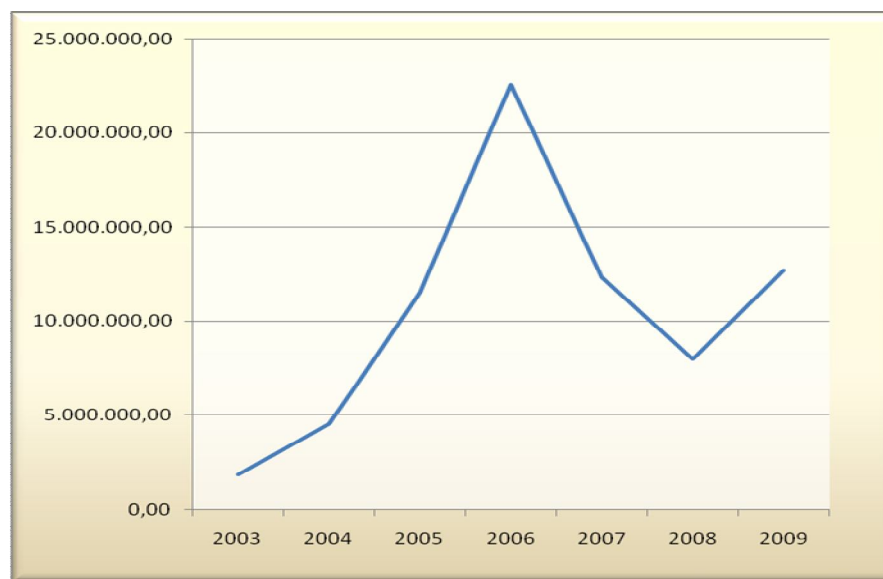
O percentual de 287,88% de alcance da meta é justificável considerando que uma mesma família pode ser beneficiada com mais de 1 (um) tipo de crédito. Além disso, conforme já descrito, a demanda para 2009 avolumou-se em função da descontinuidade parcial ocorrida em 2008.

Quanto aos resultados dos créditos efetivamente aplicados, após cumprimento das etapas descritas no funcionograma acima, foram:

TABELA 29 – MODALIDADES DE CRÉDITO

MODALIDADE	FAMÍLIAS
Apoio Inicial	270
Aquisição de Materiais de Construção(Casas construídas)	396
Fomento	475
Semi-árido	563
Aquisição de Materiais/ Recuperação (casas reformadas/recuperadas)	831
TOTAL	2535

FIGURA 4 – GRÁFICO RECURSOS EMPENHADOS



Principais problemas:

Insuficiência de recursos, e em tempo hábil, da ação 2272-Gestão e Administração do Programa - GAP, ocasionando muita dificuldade no acompanhamento e fiscalização sobre a correta aplicação dos recursos, vez que o pagamento (desbloqueio da conta) aos fornecedores só pode ocorrer após a supervisão de campo, conforme determinam os dispositivos legais (vide Funcionograma);

Capacidade operacional insuficiente, considerando que até setembro de 2009, havia apenas oito técnicos disponíveis para composição das Comissões de acompanhamento e fiscalização, além das funções inerentes ao Setor. Houve dificuldade também com a insuficiência de motoristas.

A insuficiência de técnicos é uma questão ainda a ser sanada. Contudo, foi feita readequação com servidores de outras áreas, totalizando atualmente dez servidores que constituem cinco equipes com dois servidores por equipe. Aos que se dispuseram, foi providenciada autorização para condução de viaturas.

2.3.2.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 30 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	122	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 31 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
160.427,00	404.507,54	404.314,60	99,95	348.240,10	86,09	348.240,10	86,09

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa o suporte administrativo aos Programas, e atende os contratos e/ou despesas fixas de natureza

administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender deslocamento para as convocações à Sede, deverão ocorrer na conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

TABELA 32 - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

PLANO INTERNO/ELEMEN TO DE DESPESA	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA 0137	RECEBIDO	EMPENHADO	PAGO
F 0138210540	SUPORTE OPERACIONAL			
33901400	Diárias	773,11	744,46	744,46
J 0137227240	SUPORTE OPERACIONAL			
33901400	Diárias	1.300,00	1.135,71	1.135,71
	SUB-TOTAL	1.300,00	1.135,71	1.135,71
A 0137227240	SUPORTE OPERACIONAL			
44905200	Aquisição Material Permanente	29.948,00	29.948,00	0,00
44905242	Mobiliário em Geral	0,00	0,00	0,00
	SUB-TOTAL	29.948,00	29.948,00	0,00
D 137227240	SUPORTE OPERACIONAL			
33901400	Diárias	183.156,20	183.156,20	183.156,20
33903000	Material de Consumo	117.281,31	117.281,31	98.593,36
33903001	Aquisição de Combustível		0,00	59.829,36
33903039	Materiais p/Conserv.Veículos			38.764,00
33903300	Despesas com Deslocamentos	49.454,12	49.454,12	42.297,83
33903301	Passagens para o País			3.578,32
33903303	Locação de Viaturas			38.719,51
33903900	Serviço Terceiros.Pessoa Jurídica	8.357,80	8.357,80	8.357,80
33903919	Manut.Conserv.Veículos			8.357,80
33909200	Despesas de Exercício anterior	4.000,00	4.000,00	4.000,00
33913900	Outros Serviços OP-Intra Orçamentário	10.237,00	10.237,00	9.954,74
33913947	Serviços de Comunicação em Geral			9.954,74
	SUB-TOTAL	372.486,43	372.486,43	346.359,93
	TOTAL DA AÇÃO	404.507,54	404.314,60	348.240,10

Fonte: SIAFI

Preliminarmente, cabe observar que a primeira linha da tabela acima, refere-se a recursos de outra ação, porém descentralizada equivocadamente no PTRES da ação analisada a seguir.

Principais Problemas:

A Tabela acima denominada “Detalhamento da execução orçamentária/financeira”, demonstra a execução de despesas administrativas necessárias para viabilização das metas das Ações denominadas Concessão de Crédito Instalação, Implantação e Recuperação de Infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento, Fomento à Agroindustrialização e Comercialização-Terra Sol, que como já descrito nas respectivas páginas, exigiram deslocamento permanente ora para identificação/contratação de novas demandas (2009) ora para acompanhamento, aplicação e fiscalização dos créditos liquidados e da medição das obras contratadas (de outros exercícios).

Em geral, os recursos não são descentralizados na sua totalidade, e em 2009, agravado com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09, obrigou os gestores a, mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, em função das despesas contratuais pendentes e imprescindíveis para concretização das metas, quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços. O acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009 também impactou negativamente na execução das ações.

Este fato, inclusive causou um dilema administrativo, entre compor as equipes com motoristas ou somente com técnicos devidamente autorizados, já que os primeiros não têm a função para aplicação/fiscalização/supervisão dessas metas institucionais. Emergencialmente, optou-se pela manutenção das atividades somente com técnicos.

Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Importa registrar que a cada exercício os recursos recebidos para o custeio administrativo decresceram desproporcionalmente às demandas criadas.

2.3.3 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Abdon Bandeira André

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 33 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (H = G/F)
21	363	A	3	Prof. formado	72	40	17	55,55

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 34 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
313.885,00	161.610,86	161.610,86	100	161.610,86	100	161.610,86	100

Fonte: SIAFI

Antecedentes:

A meta da presente ação é resultado parcial de Convênio plurianual firmado em 2008, com a Cooperativa-escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa Ltda-EAFS para o Curso Técnico Integrado em Agropecuária e Curso Técnico em Agroindústria *Concomitante* com o Ensino Médio para Assentados da Reforma Agrária, cuja oferta inicial indicava a formação de 50 alunos de assentamentos de reforma agrária dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

TABELA 35 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA:

EXERCÍCIO	META INICIAL	DESISTENTES	REPROVADOS	CONCLUINTES	SALDO PROXIMO EXERCÍCIO
	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS
2008	50	5	5	0	40
2009	40	10	2	11	17
2010	17				
TOTAL	90	15	7	11	57

Fonte: Pronera

Principais resultados:

A tabela acima denominada “Detalhamento da meta física” demonstra as situações a serem compreendidas, preliminarmente, à análise sobre a execução da meta, seja do ponto de vista orçamentário e/ou de efetividade. O pacto inicial em 2008 (recursos empenhados) tratava sobre a formação de cinquenta alunos. Durante a execução dessa primeira etapa ocorreu a desistência de cinco e a reprovação de outros cinco alunos, (recursos foram utilizados), restando quarenta para início em 2009.

O aditivo ao convênio, alterou a meta para essa realidade (recursos empenhados). Durante a execução da segunda etapa ao final de 2009, identificou-se que dos 40, dez desistiram, dois reprovaram e onze concluíram, (recursos foram utilizados), restando assim, 17 alunos habilitados para a continuidade do curso, terceira etapa, exercício 2010.

Nas prestações de contas é procedida a readequação da planilha de custos, memória de cálculos, bem como devolvidos saldos proporcionais quando devido, no caso de desistentes.

Desta forma, considera-se que a meta pactuada foi executada, porém não com a efetividade almejada, embora as desistências/evasões, motivadas por diversos fatores, estranhos ao controle e esforço da equipe pedagógica e da coordenação, seja considerada normal para os padrões regionais.

O acompanhamento e supervisão do Convênio cumprem os seguintes critérios:

1. Visitas realizadas *in loco*;
2. Aplicação de formulário de avaliação do curso/etapa pelos próprios alunos;
3. Fiscalização das contratações junto aos fornecedores;
4. Relatório de atividades, contendo a avaliação da execução das etapas, tabulação dos formulários de avaliação do curso pelos alunos, checagem da relação nominal dos educandos entrevistados;
5. Análise formal da prestação de contas pelo setor de convênios.

É de extrema importância a inserção da escola nas áreas de assentamento e vice-versa, através da participação de professores e alunos assentados em visitas técnicas e de intercâmbio. Com a implantação de campos experimentais que aos poucos se delineiam os educandos têm a chance de captar/vivenciar a realidade dos assentamentos da reforma agrária e da EAFS, o que propicia uma particular troca de saberes entre o popular e o científico. Como resultado, tais profissionais certamente formularão novos conceitos e atitudes com relação às políticas públicas educacionais mais eficazes que possibilitem um desenvolvimento mais harmônico, sustentável e ecologicamente correto, valorizando a agricultura familiar e dando condições para permanência do homem no campo

Constatou-se ainda que através desta parceria e com recursos relativamente pequenos, obteve-se uma extraordinária relação custo/benefício, uma vez que a conveniente já dispunha de ótima estrutura física e de um corpo docente altamente qualificado e sensibilizado com as questões da Reforma Agrária. O resultado é uma excelente formação dos alunos beneficiários, com resposta favorável para o desenvolvimento sustentável das áreas de assentamento e da agricultura familiar. Os alunos aumentam, através da qualificação profissional, suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ao retornarem para suas comunidade, promovem mudanças qualitativas.

Além do convênio executado orçamentariamente por esta Superintendência, existem dois cursos superiores de Licenciatura: em História, no valor de R\$ 253.348,43 e Pedagogia no valor de R\$ 206.592,13, em parceria com o Incra/Sede e a Universidade Federal da Paraíba, através de Destaque Orçamentário, porém, acompanhado por esta Superintendência Regional, conforme Tabelas a seguir. A execução e acompanhamento seguem a mesma lógica do convênio anteriormente comentado.

TABELA 36 - HISTÓRIA

EXERCÍCIO	META INICIAL	DESISTENTES	REPROVADOS	CONCLUINTES	SALDO PROX EXERCÍCIO
	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS
2008	60	3	0	0	57
2009	57	6	0	0	51
2010	51				
TOTAL	168	9	0	0	108

TABELA 37 - PEDAGOGIA

EXERCÍCIO	META INICIAL	DESISTENTES	REPROVADOS	CONCLUINTES	SALDO PROX EXERCÍCIO
	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS
2008	59	1	0	0	58
2009	51	3	0	0	48
2010	48				
TOTAL	158	11	0	0	106

Para 2010, além de dar continuidade as ações dos convênios em execução, existe a possibilidade da inclusão do CNPQ como parceiro, que propiciará a concessão de bolsas para os coordenadores dos cursos e para oito alunos concluintes do curso técnico (estágio curricular obrigatório), parceria assegurada através da Diretoria de Desenvolvimento, em Brasília, sem custo para a SR-18.

Principais Problemas:

1. O atraso na liberação dos recursos pelo Governo Federal; readequação do Plano de Trabalho do exercício de 2009 pelos parceiros;
2. As desistencias/evasões;
3. Problemas técnicos no Sistema para convênios do governo federal – SICONV , que impossibilitou o credenciamento da Escola Agrotécnica Federal de Sousa e da Cooperativa dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa. A orientação foi no sentido de que os convênios antigos continuem com a

operacionalização antiga até o término de sua vigência. Para os novos contratos de acordo a Portaria Interministerial 127/2008, utilizar portal de convênios, começando pelo credenciamento da entidade e pela validação em uma unidade cadastradora.

2.3.3.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 38 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZAD A EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (H = G/F)
21	122	A	3	0	0	0	0	0

TABELA 39 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
20.000,00	35.084,50	35.084,50	100	35.084,50	100	35.084,50	100

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP, visa o suporte para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações

diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para a concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos para gestão foram utilizados para o acompanhamento e supervisão do convênio CRT/PB00028/2008 relativo ao Curso Técnico Agrícola nível médio, bem como para os dois cursos superiores de Licenciatura em História e em Pedagogia, realizados através de Destaque Orçamentário, porém, acompanhado por esta superintendência.

Depreende-se ainda que a ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009.

A regular disponibilidade de recursos, aliada à redução da quantidade de convênios anteriormente acompanhados, permitiu aos asseguradores do Pronera, no exercício de 2009, a adequada supervisão dos três cursos acima referidos, o que se traduziu em uma melhoria para os mesmos, em decorrência de um maior contato INCRA/Instituição de Ensino/Educandos assentados.

No entender do setor os maiores avanços ocorreram a partir da realização dos cursos através de “Destaque Orçamentário”, pois evita os transtornos decorrentes da não liberação de recursos financeiros devido a problemas nas prestações de contas de parcelas, que em função disso, acarretava descontinuidade da ação.

2.3.4 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Abdon Bandeira André

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 40 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZAD A EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	606	A	3	Família	2.127	8385	7477	394,21

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 41 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
1.608.308,00	2.756.072,91	2.756.072,91	100	84.505,62	3,07	84.505,62	3,07

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação quanto aos valores e critérios estão fixados através da NE/INCRA/ nº 71/2008, e Manual de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES.

Antecedentes:

As primeiras ações da Superintendência Regional com vistas à prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, tiveram início através de convênios plurianuais, período de 2004 a 2007, firmados com seis entidades não governamentais, para atendimento a 8.628 famílias, assentadas em 149 projetos de assentamentos à época.

No transcorrer da execução das atividades do plano de trabalho das convenientes, várias dificuldades, entraves e intercorrências foram aflorados, de modo a não ser possível atingir os objetivos pactuados, quais sejam:

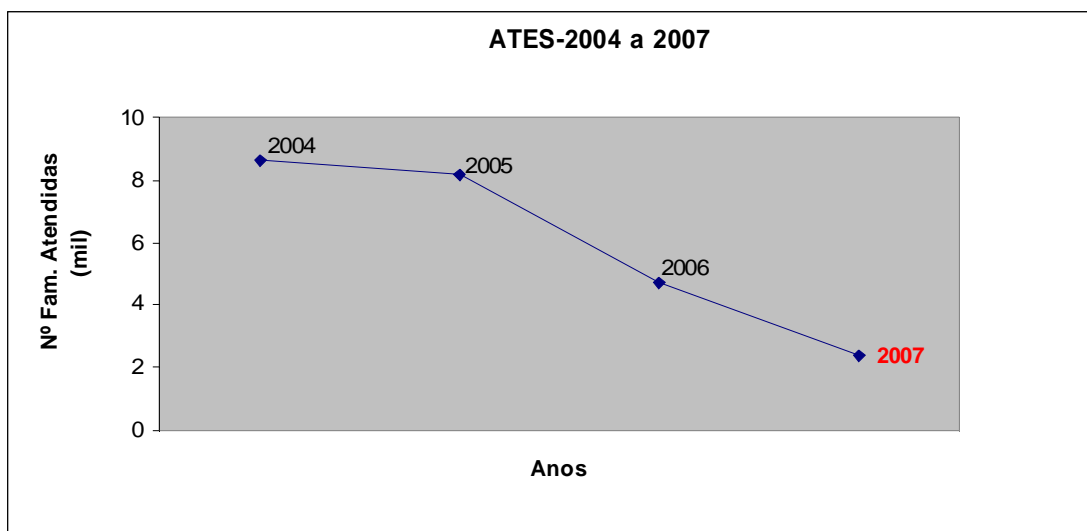
Por parte das entidades: incapacidade operacional; atendimento limitado aos créditos produtivos (PRONAF), secundarização do caráter social, ambiental e cultural dos serviços de ATES; falta de planejamento na elaboração dos planos de trabalhos; problemas de prestação de contas;

Por parte do INCRA, monitoramento/supervisão intempestivo das ações executadas pelos Núcleos Operacionais; carência de recursos humanos do Setor, tanto quanto à capacidade técnica, quanto ao quantitativo; ação relegada à prioridade secundária; vulnerabilidade/incerteza no aprovisionamento de recursos financeiros para assegurar o fluxo dos serviços de ATES, etc.

Consequências:

As problemáticas expostas proporcionaram consequências graves, prejudicando, sobretudo, as famílias assentadas, citando-se, por exemplo: descontinuidade dos serviços de ATEs, em razão das interrupções periódicas na liberação de recursos; falta de orientação pautada em práticas voltadas ao paradigma agroecológico; interrupção de projetos produtivos; migração de várias famílias para a ATER - Assistência Técnica do PRONAF-A; aumento do passivo de regularização ambiental, sobretudo, em função da não contratação de PDA/PRA (metas de outros Programas/Ações à época); diminuição abrupta do número de famílias assistidas, pois iniciou, em 2004, com 8.628 famílias e findou 2007 com apenas 2.387 famílias. Portanto, as famílias assentadas no Estado da Paraíba tiveram uma trajetória negativa, no que concerne à política de assistência técnica (ver gráfico abaixo).

FIGURA 5 – GRAFICO DE REDUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS DE 2004 A 2007



Esses e outros fatores dificultosos, identificados na maioria das outras 30 Superintendências Regionais, contribuíram para que o PPA 2008-2011 contemplasse Programa específico com essa natureza, incluindo a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e de Recuperação de assentamentos como produtos dos Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES.

Diante dessa retrospectiva, a estratégia da Superintendência Regional, em 2008 foi pela reestruturação/readequação do Setor e elaboração de um plano de trabalho, que culminou com a mudança do instrumento de parceria. Foi abandonado o modelo outrora

vigente (**convênio**) e adotada a modalidade de **contrato**, através de processo licitatório. Simultaneamente, os termos do Acórdão 2633/2007, acarretaram demanda de tempo considerável para análise do diagnóstico ambiental, formação de banco de dados e elaboração do complexo Edital de Licitação e os seu trâmites legais.

No final do exercício financeiro de 2008, foram contratados os serviços de assessoria técnica para 6.892 famílias, de 146 PA's, elaboração de 12 PDA's e 15 PRA's, a serem executados em 2009.

Os recursos de 2009 asseguraram, através de Termos Aditivos, a continuidade dos serviços de ATEs para 6.799 famílias, contratação para mais 678 famílias e elaboração de mais 12 PDA's e 15 PRA's, a serem executados em 2010.

Também em 2009, juntamente com técnicos da sede, foram acompanhados os serviços de assessoria técnica para 1.318 famílias, de 26 PA's, objeto do Convênio entre Incra Nacional/ ASBRAER/ EMATER/PB, não executados orçamentariamente por esta Superintendência, porém incluídos nas metas.

Detalhamento da Meta Física

TABELA 42 – DETALHAMENTO DA META FÍSICA

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Serviço de Assistência Técnica	Fam	1411	6799	0	678	1411	7477
	Pa	27	142		14	27	156
Elaboração de PDA	Fam	0	972	0	421	0	1393
	Pa	0	25	0	12	0	37
Elaboração de PRA	Fam	0	198	0	770	0	968
	Pa	0	6	0	15	0	21

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Principais resultados

Na coluna “Total” Concluídas, os dados referem-se a 1.318 famílias atendidas através do Convênio INCRA Nacional/ASBRAER/EMATER-PB cuja vigência expirou em 31 de dezembro de 2009, somadas com outras 93 do contrato de 2008 que receberam os serviços até setembro de 2009.

Na coluna “Total” Em execução, 7.477 famílias, referem-se à continuidade dos serviços para 6.799 famílias contratados em 2008 e o início dos serviços para outras 678 em 2009 (sendo 175 famílias no mês de agosto e 506 famílias em dezembro).

Desta forma, excluindo-se as 506 famílias contratadas no final do exercício, que serão atendidas concretamente em 2010, conclui-se que no exercício de 2009, **foram atendidas efetivamente 8.385 famílias.**

Importa ressaltar o recebimento dos 12 PDA's e 15 PRA's, em perspectiva de aprovação, instrumentos que possibilitarão as Licenças de Instalação e Operação LIO's dos projetos de assentamento, metas assumidas por esta Superintendência Regional no Plano de Ação Ambiental encaminhado ao TCU em 2009, em cumprimento ao Acórdão 2633/2007.

Em consonância com a política de Desenvolvimento Territorial, importa registrar que os serviços de ATES e/ou elaboração de PDA's/PRA's, atenderam cerca de 67,0% das famílias assentadas nos Territórios da Cidadania, equivalente R\$ 2.236.992,57, ou 81,16% do total de recursos desta ação.

TABELA 43 – ATES POR TERRITÓRIO

TERRITÓRIO DA CIDADANIA	ATES	PDA	PRA
	2009	2009	2009
Zona da Mata Sul	1.069	3	3
Zona da Mata Norte	1.793	3	3
Borborema/Curimataú	1.407	14	3
Médio Sertão/Cariri	716	5	1
TOTAL	4.985	25	10

A meta de 2009 é motivo de festejo, oportunizando as famílias o acesso a informações/orientações, articulação com outros agentes fomentadores de políticas públicas, de parcerias nos meios de produção e geração de trabalho e renda, melhoria na relação organizativa e associativa da comunidade, compreensão sobre a relação de gênero, dentre outras oportunidades.

A forma sistemática e continuada no monitoramento/supervisão dos atuais contratos é fator preponderante para o êxito/cumprimento das obrigações pactuadas com as prestadoras dos serviços, não gerando passivos, nem prejuízos ao erário, vez que a supervisão é realizada mensalmente e atestada consoante comprovação das atividades programadas e efetivamente executadas.

Principais Problemas

1- Atraso na entrega e aprovação dos PDA`s/PRA`s contratados, dificultando o licenciamento de projetos de assentamento, objeto do acórdão do TCU, nº2633/2007, em função de:

a) Reforma do prédio que paralisou o setor de Cartografia por mais de três meses, dificultando o acesso/fornecimento de documentos, arquivos e peças técnicas (mapas de perímetro, mapas de parcelamento e de pré-parcelamento) a serem disponibilizados às Entidades Prestadoras de ATEs;

b) Dificuldades para repasse das cópias dos Laudos Agrônômicos de Fiscalização (LAF);

c) Intempéries- As fortes chuvas ocorridas nos projetos de assentamento dificultaram/afetaram a coleta de dados necessários aos diagnósticos, especialmente do meio físico: coletas de solo, estudo de fauna/flora, identificação de áreas degradadas;

d) Indefinição de modelo padronizado para os diagnósticos;

e) Falta de pessoal qualificado para análise e avaliação dos Planos;

f) Ausência de uma política permanente de capacitação/atualização;

2.3.4.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 44 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZAD A EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	122	A	3	0	0	0	0	0

TABELA 45 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
57.075,00	220.080,09	218.769,34	99,40	215.735,41	98,03	215.735,41	98,03

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP, visa o suporte para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações

diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para concretização das atividades. Em geral, os recursos não são descentralizados na sua totalidade, e em 2009, agravado com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09, obrigou os gestores a, mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, em função das despesas contratuais pendentes e imprescindíveis para concretização das metas, quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos para gestão foram utilizados para o acompanhamento e supervisão dos cinco Contratos em vigência e do Convênio INCRA Nacional/ASBRAER/EMATER-PB.

2.3.5 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marcos Faro Eloi Dunda

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;
c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 46 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	125	A	3	Imóvel	2.563	3.559	0	138,86

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 47 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
23.064,00	94.261,35	93.579,57	99,27	93.386,88	99,07	93.386,88	99,07

Fonte: SIAFI

Antecedentes:

O Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais-CCIR, é documento obrigatório para a transmissão de domínio e lavratura das escrituras nos serviços de registro de imóveis, comprovação da regularidade cadastral nas operações de financiamento junto à instituições financeiras e para apresentação junto à Previdência nos requerimentos de aposentadoria, dentre outros. Sua validade está condicionada às competências dos exercícios nele estabelecidas, **sendo a última emissão massiva** (geração de todos os CCIRS existentes na base de dados do SNCR-INCRA e enviados aos detentores de imóveis rurais) ocorrida para as competências **2003/2004/2005**.

Principais Resultados

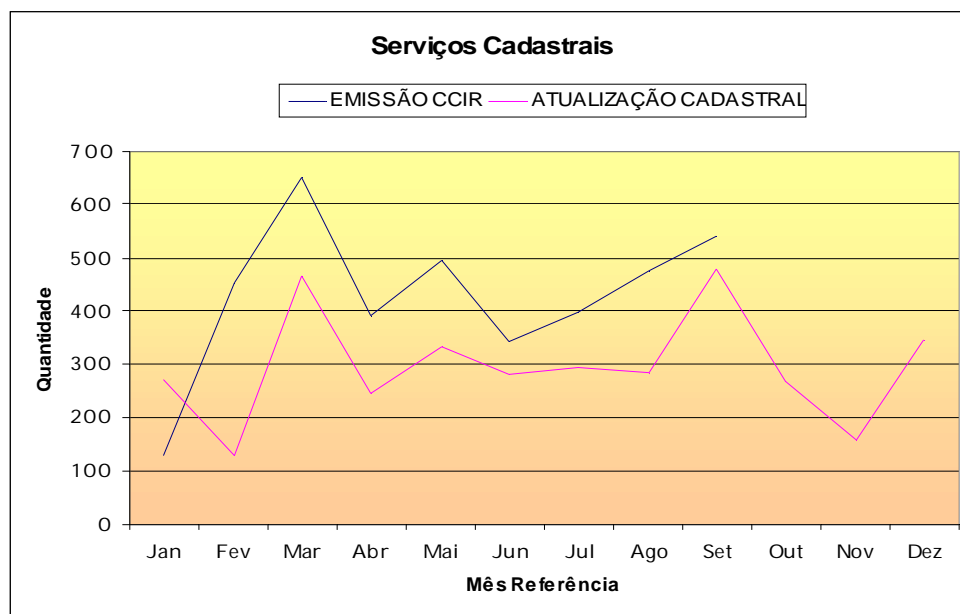
Em 2009 ocorreu a emissão massiva referente aos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009, em substituição a última ocorrida em 2005, conforme explicação do parágrafo anterior, resultando na atualização cadastral de 3.559 imóveis, correspondentes a 138% da inicialmente prevista.

Diferentemente das últimas emissões, o INCRA realizou a atualização cadastral dos imóveis rurais existentes na base de dados do SNCR e disponibilizou o acesso ao público via internet para garantir aos detentores de imóveis uma maior acessibilidade ao ato de requerimento do CCIR. Ressalta-se que como esta emissão era realizada em papel timbrado e específico para a impressão do CCIR, com a disponibilização da impressão via internet com código verificador de autenticidade, implicou em economia significativa para o erário público.

Registre-se que normalmente no período que antecede a obrigatoriedade de

apresentação da Declaração de Imposto Territorial Rural – DITR (Setembro) observa-se um incremento de demanda por atualizações cadastrais no Serviço de Cadastro Rural do INCRA.

FIGURA 6 – GRÁFICO COMPARATIVO DAS ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS EFETUADAS NA BASE DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL VERSUS EMISSÃO DE CCIR'S



De forma a promover um melhor atendimento da rede de cadastro rural, foram treinados para preenchimento, distribuição e recepção dos formulários da Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais, aproximadamente 108 servidores de prefeituras responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastro UMC's, que funcionam como gerentes auxiliares do SNCR nos municípios. As capacitações foram em 08 (oito) pólos de treinamentos localizados nos seguintes municípios:

Campina Grande (Período: 03 a 06/11/2009 – 2 turmas);

Guarabira (Período: 10 a 12/11/2009);

Monteiro (Período: 10 a 12/11/2009);

Patos (Período: 17 a 19/11/2009);

Itaporanga (Período: 17 a 19/11/2009);

Pombal (Período: 24 a 26/11/2009);

Sousa (Período: 24 a 26/11/2009);

João Pessoa (Período: 24 a 26/11/2009).

Como os treinamentos realizados no período de novembro/2009 utilizaram como instrutores os servidores do quadro da Superintendência responsáveis pelos serviços de atualizações cadastrais, essencialmente de escritório, o deslocamento dos mesmos está diretamente relacionado a uma menor taxa de atualização cadastral ocorrida no mesmo período.

A fiscalização cadastral responsável, também, pelo controle da aquisição de terras por estrangeiros (Lei 5.709, de 07/10/1971 e Decreto 74.965, de 26/11/1974) deu continuidade à troca de informações com os Serviços Registrais de Imóveis, sobre as aquisições de terras por estrangeiros, podendo, assim, manter um controle atualizado, conforme determinação da Lei 10267/01.

Adicionalmente diligenciou junto aos Serviços de Registro de Imóveis nos casos de identificação de irregularidades aos atos registrais, muitas vezes oficiando à Corregedoria do Tribunal de Justiça aos casos passíveis de nulidade.

Outras atividades Desenvolvidas:

Participação dos técnicos nas Equipes de Vistorias e conseqüente processamento no SNCR/SIR das informações para a Classificação dos Imóveis vistoriados ex-offício;

Pesquisa no SNCR/SIR sobre a existência de Dados Cadastrais de Imóveis Rurais, para atender solicitação dos movimentos sociais, demandados ao Gabinete e à Divisão Técnica;

Levantamento da Estrutura Fundiária de municípios para as Equipes de Vistorias e diversos órgãos;

Informações em processos administrativos: de desapropriação; de desmembramento de imóvel com base no Decreto 62.504/68; de cancelamento de cadastro;

Prestação de informações solicitadas pela Justiça, Advocacia Geral da União-AGU, INSS, CVM, Ministério Público e Receita Federal do Brasil dentre outros;

Pelas razões expostas entende esta Superintendência que o resultado alcançado nesta ação foi bastante satisfatório, alinhado com as diretrizes estabelecidas e a estratégia desenvolvida para o exercício de 2009.

2.3.5.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 48 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORI DADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	127	A	3	Ha	1.368,0000	26.995,0000	55.000,0000	

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 49 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO	EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO		
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
0	1.125.176,00	1.125.176,00	100	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação está fixado através Lei nº 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.449/2002, que alterou dispositivos da Lei nº 6.015/1973, NE/INCRA/80/2008-Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Antecedentes:

Convênio plurianual celebrado entre o INCRA e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA), iniciado em 2008, cujo objeto principal é a regularização fundiária e o georreferenciamento de cerca de 100.566,000 hectares de terras inseridos na malha fundiária do município de Monteiro-PB.

A ação é realizada através de Procedimento Administrativo Discriminatório, e exige rito administrativo/burocrático para criação de comissão, edital de chamamento para habilitação em processo, composição de peças técnicas e avaliação jurídica.

Uma vez identificados todos os registros de imóveis rurais válidos para o município, bem como realizado todo o levantamento topográfico (georreferenciamento) destes mesmos imóveis, são discriminadas quais áreas não possuem correspondente registro imobiliário (terras devolutas), a fim de arrecadá-las ao domínio do Poder Público e posteriormente destiná-las aos que cumpram os requisitos para tal. Para os que comprovarem a posse, são expedidos Títulos de Reconhecimento de Domínio, ajustando a área do imóvel rural ao levantamento topográfico realizado.

TABELA 50 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Imóvel Georreferenciado	ha	26.995,00	55.000,00	0	0	26.995,00	55.000,00
	Imóv	1026	0	0	1600	1026	1600
Imóvel Certificado	ha	6.282,30	25.104,54	7.711,97	1.173,93	13.974,27	26.278,47
	Imóv	1	24	18	3	19	27

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta física considerada, na coluna “Total” Concluídas, da tabela Detalhamento da meta física, refere-se às ações iniciadas em 2008, efetivamente concluídas em 2009, e que

resultou no georreferenciamento de 26.995,0000 hectares, correspondente a 1026 imóveis, a serem regularizados, conforme metas estabelecidas para a Ação de Regularização Fundiária.

O georreferenciamento de imóveis rurais, juntamente com o processo de certificação dos imóveis, representa uma das atividades mais importantes sob responsabilidade da instituição, que por ser relativamente nova demanda volume considerável de recursos operacionais (orçamento/humanos/equipamentos, etc).

Sobre a ação, ressalta-se que dos 271 projetos de assentamento constantes no Sipra, (33 oriundos do Estado), 190 não possuem os perímetros ajustados e materializados conforme se determina na atual Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, sendo, portanto, demanda potencial de atuação desta SR nos próximos exercícios, juntamente com os respectivos certificados.

Principais Dificuldades

Devido à recente mudança ocorrida no Poder Executivo do Governo do Estado em fevereiro/2009 e toda a re-estruturação administrativa junto às Secretarias de Estado e também do Instituto de Terras (INTERPA), o Termo Aditivo referente à execução de 2009 sofreu descontinuidade, havendo execução apenas no cumprimento do cronograma referente ao passivo de 2008, tendo sua vigência sido prorrogada por meio de termo aditivo para agosto/2010, de forma a permitir a conclusão dos trabalhos.

Insuficiência de recursos humanos (quantitativa/qualitativamente), considerando que a ação é acompanhada por apenas três servidores com habilitação para trabalhar nesta ação.

2.3.5.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 51 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORI DADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	127	A	3	Ha	1368,0000	2.274,0000	79.721,0000	166,22

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 52 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
9.000,00	1.009.000,00	1.007.810,55	99,88	7.810,55	0,77	7.810,55	0,77

Fonte: SIAFI

Antecedentes:

Convênio plurianual celebrado entre o INCRA e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba INTERPA, iniciado em 2008, cujo objeto principal é a regularização fundiária e o georreferenciamento de cerca de 100.566,000 hectares de terras inseridos na malha fundiária do município de Monteiro-PB.

A ação é realizada através de Procedimento Administrativo Discriminatório, e exige rito administrativo/burocrático para criação de comissão, edital de chamamento para

habilitação em processo, composição de peças técnicas e avaliação jurídica.

Uma vez identificados todos os registros de imóveis rurais válidos para o município, bem como realizado todo o levantamento topográfico (georreferenciamento) destes mesmos imóveis, são discriminadas quais áreas não possuem correspondentes registros imobiliários (terras devolutas), a fim de arrecadá-las ao domínio do Poder Público e posteriormente destiná-las aos que cumpram os requisitos para tal. Para os que comprovarem a posse, são expedidos Títulos de Reconhecimento de Domínio, ajustando a área do imóvel rural ao levantamento topográfico realizado.

TABELA 52 - Detalhamento da Meta Física

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Imóvel Regularizado	ha	2.274,0000	24.721,0000	0	55.000,0000	2.274,0000	79.721,0000
	Imóv	374	652	0	1600	374	2.252

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta constante na coluna “Total” Concluídas, da tabela Detalhamento da meta física, refere-se às ações iniciadas em 2008, efetivamente concluídas em 2009, e que resultou na regularização de 374 imóveis, total de 2.274,0000ha dos 1026 imóveis, total de 26.995,0000ha passíveis de regularização, resultantes da Ação 4426-Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Principais Dificuldades

Devido à recente mudança ocorrida no Poder Executivo do Governo do Estado em fevereiro/2009 e toda a re-estruturação administrativa junto às Secretarias de Estado e também do Instituto de Terras (INTERPA), o Termo Aditivo referente à execução de 2009 sofreu descontinuidade, havendo execução apenas do cronograma referente ao passivo de 2008, tendo sua vigência sido prorrogada por meio de termo aditivo para agosto/2010, de forma a permitir a conclusão dos trabalhos.

Insuficiência de recursos humanos (quantitativa), considerando que a ação é acompanhada por apenas 1 servidor.

2.3.5.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 53 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORIDADE (D)	UNIDADE E DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (H = G/F)
21	122	A	3	0	0	0	0	0

TABELA 54 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
0	32.823,67	24.676,47	75,18	17.772,57	54,15	17.772,57	54,15

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa ao suporte

para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para a concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Em geral, os recursos não são descentralizados na sua totalidade, e em 2009, agravado com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09, obrigou os gestores a, mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, em função das despesas contratuais pendentes e imprescindíveis para concretização das metas, quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços. Entretanto, como as despesas são divididas proporcionalmente com as demandas das ações, a ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marcos Faro Eloi Dunda

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principal Ação do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 55 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORI DADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVIST A PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZAD A EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	127	P	3	Comunidade	7	2	6	28,57

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 56 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
692.630,00	64.474,40	57.140,09	88,62	45.790,09	71,02	45.790,09	71,02

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta meta exige produtos intermediários, sem os quais não é possível sua execução, conforme demonstrado na Tabela a seguir, denominada Detalhamento da meta física.

TABELA 57 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Relatório Técnico Publicado	Relatorio	2	6	0	0	2	6
Portaria de Reconhecimento	Família	154	455	0	0	154	455
	ha	230,1449	307,8551	0	0	230,1449	307,8551
Vistoria realizada	Portaria	0	0	1	0	1	0
	ha	0	0	0	122,1237	0	122,1237

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A elaboração e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID (composto por sete peças que abrangem informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, históricas, socioeconômicas e levantamento da cadeia dominial) é a que demanda maior custo e tempo, quer na coleta de dados no campo, quer nas pesquisas (arquivos, bibliotecas e cartórios) e em sua redação.

Ultrapassada esta fase, ocorre a publicação da Portaria de Reconhecimento, por parte da presidência do INCRA, a publicação do Decreto de Desapropriação e a Vistoria e Avaliação dos imóveis incidentes no perímetro do território.

No Estado da Paraíba encontram-se abertos, a pedido das comunidades, 23 processos, dos quais nove estão sendo movimentados em diferentes fases, conforme Tabela denominada “Detalhamento da meta física”. Dentre estes, três tiveram seus RTID’s publicados, sendo dois no exercício de 2009 e um que resultou Portaria de reconhecimento. São eles:

- 1- Comunidade Negra do **Engenho Bonfim** – Decreto de Desapropriação assinado pelo presidente da República em novembro de 2009.
- 2- Comunidade **Urbana de Serra do Talhado** - RTID publicado em dezembro de 2009. Aguarda o prazo legal para as contestações.
- 3- Comunidade Negra do **Matão** – RTID publicado em novembro de 2009 (parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTcPb). Aguarda o prazo legal para as contestações.
- 4- Comunidade de **Pedra D’Água** – Relatório Antropológico finalizado (parceria com PaqTcPb), faltando finalizar levantamento dominial e elaboração do mapa e memorial descritivo da área.

- 5- Comunidade do **Grilo** - Relatório Antropológico finalizado (parceria com PaqTcPb), faltando finalizar levantamento dominial e elaboração do mapa e memorial descritivo da área.
- 6- Comunidade de **Paratibe** - Relatório Antropológico finalizado, faltando finalizar levantamento dominial e elaboração do mapa e memorial descritivo da área.
- 7- Comunidade de **Barreiras** – Relatório antropológico iniciado por servidor do órgão.
- 8- Comunidade de **Mãe D'Água** - Relatório antropológico iniciado por servidor do órgão.
- 9- Comunidade de **Caiana dos Crioulos** – Em meados de 2008, analisando os processos de implantação dos assentamentos ao redor da comunidade, percebeu-se que parte da Fazenda Sapé não havia sido desapropriada e que tal área, tradicionalmente utilizada pelos membros da comunidade de Caiana para colocar seus roçados, poderia compor o território da Comunidade sem conflitar com as áreas de assentamento. Faz-se necessária a elaboração de um RTID complementar que inclua essa área.

Principais problemas:

- 1** – Insuficiência de servidores para atender à demanda. O setor conta com duas antropólogas. Assim, servidoras que, em tese, deveriam elaborar os Relatórios Antropológicos necessários para o andamento dos processos, se vêem envolvidas com a necessidade de fazer levantamento dominial e cartorial, notificar interessados, negociar parcerias bem como precisam realizar as demais atividades burocráticas próprias dos processos administrativos.
- 2** – Ainda que as duas antropólogas estivessem disponíveis apenas para elaboração dos Relatórios Antropológicos, o número seria insuficiente para atender à demanda desta superintendência.
- 3** – Necessidade de capacitação dos técnicos envolvidos na elaboração do relatório agrônomo e ambiental e do mapa e memorial descritivo dos territórios.
- 4** – Necessidade de técnicos capacitados para fazer levantamentos dominiais e cartoriais, para elaborar cadeia dominial e para acompanhar convênios e contratos.

2.3.7 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Aristides Vilar de Oliveira Azevedo Neto

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principal Ação do Programa

2.3.7.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 58 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORIDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	128	A	3	Servidor	60	11	0	18,33

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 59 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
14.993,00	29.028,55	26.870,03	92,56	26.280,03	90,53	26.280,03	90,53

Fonte: SIAFI

O Plano Nacional de Capacitação dos servidores do INCRA - PNC 2008-2011, construído em consonância com o Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, mapeou as competências necessárias para o cumprimento das metas institucionais. A metodologia de Gestão de Competência é definida no citado Decreto como “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”.

A meta executada constante da Tabela “Execução Física” de 11 servidores refere-se as capacitações executadas diretamente por esta Superintendência Regional. Porém, outras 25 oportunidades de capacitação foram asseguradas (empenhadas e pagas) pela Sede, para eventos em nível nacional, cursos externos, congressos, seminários e fóruns, o que totaliza 36 servidores capacitados.

Por oportunidade de capacitação entende-se o numero de vagas disponibilizadas, em eventos de capacitação: cursos presenciais, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação em 2009.

A capacitação de servidores é um processo de educação continuada. O atendimento às demandas ainda não é suficiente devido ao seguinte fator:

1. Número insuficiente de servidores habilitados no setor de Recursos Humanos para identificação das necessidades e articulação com parceiros potenciais para viabilização dos eventos.

2.3.8 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Cleofas

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principal Ação do Programa

2.3.8.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 60 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIOR IDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZAD A (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	631	A	3	Família	702	3668	0	522,50

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 61 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
78.619,00	242.583,12	237.948,33	98,09	229.207,73	94,49	228.311,81	94,12

Fonte: SIAFI

A Ação é executada através de convenio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário e a CONAB com vistas à distribuição de cestas básicas em acampamentos.

No Estado da Paraíba, coube à Superintendência Regional a distribuição de cestas em 87 acampamentos, com 3668 famílias acampadas em 63 municípios do Estado, dos quais 31 dentro dos Territórios da Cidadania. Durante o exercício de 2009, foram distribuídas 06 (seis) cestas de alimentos por família em situação de risco alimentar.

A Superintendência Regional disponibiliza 1 caminhão e dois servidores sendo um motorista e um técnico, este responsável pela coordenação da entrega. Eventualmente, o Ouvidor fiscaliza os acampamentos através de verificação “*in loco*”, para constatar a existência dos acampamentos e o volume de ocupantes.

Juntamente com a entrega das cestas, foram distribuídas lonas, em 17 acampamentos, beneficiando um total de 355 famílias.

Na ação de mediação de conflitos, foram intermediadas situações de riscos e violência perpetradas contra agricultores, a exemplo do ocorrido no município de Pocinhos, pela disputa da Fazenda Cabeça de Boi, onde cinco trabalhadores foram espancados, presos e com indícios de tortura sob três dos aprisionados. Também na prisão de cinco trabalhadores do acampamento Boa Conquista em Cajazeiras que disputavam a posse da fazenda Lagoa dos Estrela, a Ouvidoria Regional operou a liberação dos mesmos, inclusive com a participação da Ouvidoria Agrária Nacional pugnando pela preferência no julgamento do Habeas Corpus, impetrado no tribunal de Justiça da Paraíba.

Ainda em 2009, mediu a negociação para a desocupação da prefeitura municipal de Cacimba de Areia, no médio sertão, ocupada por trabalhadores ligados ao MST, bem como a desocupação de BR's e conflitos verificados inclusive dentro de projetos de assentamentos, entre assentados.

A ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009, observando apenas que, parte dos recursos utilizados, no valor de R\$ 88.141,93, refere-se ao Programa Nacional de

Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, objeto de acordo entre as Diretorias, haja vista que as finalidades guardam similaridade.

2.3.9 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Gerente do programa:

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres; Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero; Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios; Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher.

Público-alvo (beneficiários): Mulheres

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principal Ação do Programa

2.3.9.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, a fim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 62 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORIDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (H = G/F)
				Mulher atendida	0	21.131	0	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 64 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	228.063,11	224.623,56	98,49	216.873,56	95,09	209.123,56	91,69

Fonte: SIAFI

Iniciada em 2004, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as atividades possibilitam a concessão de documentação civil e trabalhista para as mulheres do meio rural, como: assentadas da reforma agrária, quilombolas, agricultoras familiares, pescadoras, quebradoras de coco, marisqueiras, indígenas e outras. Os documentos principais emitidos são Identidade (RG), CPF, Registro de Nascimento e Carteira de

Trabalho, documentos básicos que possibilitam o exercício da cidadania e melhoram o acesso às Políticas Públicas, porém existem outras demandas que são atendidas, de acordo com a disponibilidade de infraestrutura das parcerias nos mutirões.

Principais resultados:

Em 2009, a Superintendência Regional desenvolveu a ação através de mutirões, com parcerias (sem transferência de recursos) entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, ONG's, movimentos sociais, Anoreg/Aspen, BNB, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, INSS, MMTR, CUNHÃ, FETAG, Defensoria Pública, SRTE, e o Instituto de Polícia Científica – IPC, alcançando a emissão de 37.471 documentos básicos, para homens e mulheres conforme Tabela Detalhamento da Meta física, abaixo.

TABELA 65 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

MUNICÍOS	QUANT	GERAL	RG		CPF		RN		CTPS		TOTAL	
			FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	45	2010	1649	920	251	907	659	1715	1346	5552	3905	9457
FORA	33	5175	4259	2965	934	1719	1293	3553	3103	15579	12435	28014
TOTAL	78	7185	5908	3885	1185	2626	1952	5268	4449	21131	16340	37471

Fonte: PNDTR

A ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009, observando apenas que, no início de 2009, em função do atraso nos tramites burocráticos para execução da Ação através de destaque, R\$ 88.141,93, foi suportado pela Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, do Programa Paz no Campo, objeto de acordo entre as Diretorias, haja vista que as finalidades guardam similaridade.

2.3.10 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Aristides Vilar de Oliveira Azevedo Neto

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.10.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

TABELA 66 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

FUNÇÃO (A)	SUBFUNÇÃO (B)	TIPO DA AÇÃO (C)	PRIORIDADE (D)	UNIDADE DE MEDIDA (E)	META PREVISTA PO 2009 (F)	META REALIZADA (G)	META 2009 A SER REALIZADA EM 2010	PERCENTUAL DA META REALIZADA (I = G/F)
21	122	A	3	0	0	0	0	0

TABELA 67 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

PO 2009	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO EMITIDO		EMPENHO LIQUIDADO		VALOR PAGO	
R\$(A)	R\$(B)	R\$(C)	% (D=C/B)	R\$(E)	% (F=E/B)	R\$ (F)	% (G=F/B)
767.573,00	1.888.534,44	1.885.989,61	99,87	1.569.967,38	83,13	1.532.555,94	81,15

Fonte: SIAFI

A Sede da Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba, é própria, possui 5.400 m² (cinco mil e quatrocentos metros quadrados) de área interna, e, 2.400 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados) de área externa, totalizando.

O quadro de pessoal do INCRA na Paraíba totaliza 139 servidores. Destes, 36 encontram-se desempenhando atividades da área meio e de suporte burocrático/administrativo das outras áreas.

Os outros 103 servidores, incluídos os 15 motoristas encontravam-se no desempenho de funções das áreas finalísticas, concentrados basicamente em atividades de campo.

Possui 34 (trinta e quatro) viaturas oficiais, porém 17 (dezessete) em processo de doação (veículos com no mínimo 11 anos de uso). Para diminuir esta deficiência, foram locados 12 veículos, totalizando 29 viaturas em uso. As despesas com combustíveis, locação, manutenção e demais insumos são arcadas pelas ações finalísticas. Com vistas a melhorar a eficiência da Superintendência Regional, encontra-se em andamento contrato para colocação de GPS em todos os veículos através de conexão via satélite, que possibilitará maior e melhor controle dos gastos, e por consequência a otimização dos recursos.

Em 2009 foi dada continuidade ao Projeto de Modernização Tecnológica, ação estruturante do ponto de vista da Gestão da Informação, iniciada em 2008, com vistas à reestruturação e modernização da Rede lógica Dados/Voz. A arquitetura passou a ter adequação a um objetivo básico de uma rede de computadores que garante que todos os recursos de informação sejam compartilhados rapidamente, com segurança e de forma confiável. A rede possui hoje meios de transmissão eficientes, regras básicas (protocolos) e

mecanismos capazes de garantir o transporte das informações entre os seus elementos constituintes. Sua operacionalização provem da comunicação confiável entre os vários sistemas de informação, melhorando o fluxo e o acesso às informações, agilizando a tomada de decisões administrativas, facilitando a comunicação entre seus usuários. Este foi um projeto que teve a facilidade de uso e manutenção, tanto para os usuários da rede quanto para seus administradores, por possuir um conjunto básico de componentes e ferramentas capazes de oferecer os serviços necessários com qualidade para seus usuários, mas também facilidades para viabilizar a adição de novos equipamentos e manutenção do sistema como um todo para os seus administradores.

Em 2009, a Superintendência Regional, focada na valorização do servidor público, substituiu as estações de trabalho (computadores), em uso a mais de 12 anos, por outros mais modernos, adaptados com o avanço de novas tecnologias. Também neste contexto, iniciou a substituição de 16 condicionadores de ar, de modo a manter os espaços de trabalho permanentemente climatizados, além de gerar economia ao erário público, em torno de 10% com despesas de energia elétrica. A substituição completa será executada em 2010.

Desde 2008, o prédio tem passado por diversas reformas no intuito de recuperar e modernizar as instalações, com aproximadamente 23 anos de construção, que se encontram obsoletas ou apresentando problemas de ordem estruturais. Transtornos de toda ordem, inclusive com alagamento em tempo de chuva, que ocasionou danos em documentos, paralisação das atividades setoriais e desgaste de mobiliários. As instalações físicas do prédio já não mais atendem satisfatoriamente a demanda do público externo e interno. O Ministério Público Federal demanda ainda por ações imediatas para acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, bem como determinações do Corpo de Bombeiros de João Pessoa, para colocação e revisão das áreas de proteção e segurança, substituição ou proteção de revestimentos desgastados, reestruturação das fachadas prediais, a exemplo do estacionamento para proteção dos veículos do patrimônio público. Toda essa demanda orçava aproximadamente R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), encaminhada à Diretoria de Administração, porém só foi descentralizado, já no final do exercício, R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), solucionando parcialmente a demanda. A pendência mais importante é a reestruturação para acessibilidade. A Superintendência Regional fará gestões no sentido de programar os recursos necessários para solucionar estes entraves operacionais/administrativos no exercício de 2010.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

DESPESAS CORRENTES						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	373047	0927200890181	19.291,09	0,00	0,00
		373047	2112201352272	0,00	0,00	27.480,44
		373047	2112201372272	0,00	0,00	374.559,54
		373047	2112201382272	0,00	0,00	30.233,67
		373047	2112207502000	0,00	0,00	1.614.835,41
		373047	2112211204304	0,00	0,00	6.000,00
		373047	2112213502272	0,00	0,00	35.084,50
		373047	2112214272272	0,00	0,00	220.080,09
		373047	2112501382105	0,00	0,00	93.488,24
		373047	2112607502003	0,00	0,00	41.131,84
		373047	2112701382110	0,00	0,00	1.009.000,00
		373047	2112701384426	0,00	0,00	1.125.176,00
		373047	2112713361642	0,00	0,00	64.474,40
		373047	2112801394572	0,00	0,00	29.028,55
		373047	2136313508370	0,00	0,00	161.610,86
		373047	2160614274470	0,00	0,00	2.756.072,91
		373047	2163101358374	0,00	0,00	89.194,20
		373047	2163101358384	0,00	0,00	29.991,44
		373047	2163101358387	0,00	0,00	317.376,94
		373047	2163101372B06	0,00	0,00	1.750,00
		373047	2163101374358	0,00	0,00	18.700,00
		373047	2163111202109	0,00	0,00	232.786,20
		373047	2169101374320	0,00	0,00	35.000,00
		373047	14338402	0,00	0,00	228.063,11
		373047		0,00	0,00	1299,45
				19.291,09	0,00	8.542.417,79
Externa	Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital						
NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	4 - INVESTIMENTOS	5- INVERSÕES FINANCEIRAS	6 – OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL
Interna	Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	373047	2112201352272	58.140,00	0,00	0,00
		373047	2112201372272	29.948,00	0,00	0,00
		373047	2112201382272	2.590,00	0,00	0,00
		373047	2112207502000	273.699,03	0,00	0,00
		373047	2163101354460	0,00	731.082,59	0,00
		373047	2163101370427	0,00	12.669.900,00	0,00
		373047	2163101378396	3.311.473,55	0,00	0,00
		373047	2163111202109	9.796,92	0,00	0,00
		373047	2169101374320	4.870,20	0,00	0,00
				3.690.517,70	13.400.982,59	0,00
Externa	Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Siafi-2009						

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
	EXERCÍCIOS			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	7.363.086,47	8.054.977,52	7.363.086,47	8.054.977,52
Convite	347.982,80	258.861,68	347.982,80	258.861,68
Tomada de Preços	1.484.478,34	3.296.068,18	1.484.478,34	3.296.068,18
Concorrência	3.476.373,73	2.499.301,22	3.476.373,73	2.499.301,22
Pregão	2.054.251,60	2.000.746,44	2.054.251,60	2.000.746,44
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	722.961,29	520.363,13	722.961,29	520.363,13
Dispensa	261.008,68	244.930,68	261.008,68	244.930,68
Inexigibilidade	461.952,61	275.432,45	461.952,61	275.432,45
Regime de Execução Especial	32.700,33	16.077,22	32.700,33	16.077,22
Suprimento de Fundos	32.700,33	16.077,22	32.700,33	16.077,22
Pagamento de Pessoal	706.008,25	990.575,46	706.008,25	990.575,46
Pagamento em Folha	1.991,89	19.184,08	1.991,89	19.184,08
Diárias	704.016,36	971.391,38	704.016,36	971.391,38
Outros	11.382.184,83	15.991.577,02	11.382.184,83	15.991.577,02
TOTAL	20.206.941,17	25.573.570,35	20.206.941,17	25.573.570,35

Fonte: SIAFI 2009

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	EXERCÍCIOS							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	1.991,89	19.184,08	1.991,89	19.184,08	0	0	1.991,89	19.184,08
8	1.991,89	19.184,08	1.991,89	19.184,08	0	0	1991,89	19.184,08
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes	8.342.246,78	8.462.885,98	8.342.246,78	8.462.885,98	1.008.546,44	4.962.358,09	3.936.027,95	3.495.020,45
14	704.016,36	971.391,38	704.016,36	971.391,38	0	0	704.016,36	971.391,38
30	403.644,87	478.884,44	403.644,87	478.884,44	0,2	31.891,71	337.078,62	446.992,73
33	253.648,82	178.186,99	253.648,82	178.186,99	0,00	11.304,00	207.520,82	166.882,99
36	3.029,06	0	3.029,06	0	0,00	0	3.029,06	0
37	862.993,42	981.080,30	862.993,42	981.080,30	0,00	41.952,45	862.993,42	939.127,85
39	5.094.712,41	3.242.647,09	5.094.712,41	3.242.647,09	1.008.546,24	2.579.672,86	801.187,83	657.466,79
41	974.000,00	2.286.786,86	974.000,00	2.286.786,86	0	2.125.176,00	974.000,00	161.610,86
47	37.666,85	282.032,54	37.666,85	282.032,54	0,00	172.361,07	37.666,85	109.671,47
92	1.348,07	41.876,38	1.348,07	41.876,38	0,00	0,00	1.348,07	41.876,38
93	7.186,92	0	7.186,92	0	0,00	0,00	7.186,92	0

Fonte:Siafi-2009

GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	EXERCÍCIOS							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
3- Outras Despesas Correntes	8.342.246,78	8.462.885,98	8.342.246,78	8.462.885,98	1.008.546,44	4.962.358,09	3.936.027,95	3.495.020,45
39	5.094.712,41	3.242.647,09	5.094.712,41	3.242.647,09	1.008.546,24	2.579.672,86	801.187,83	657.466,79
41	974.000,00	2.286.786,86	974.000,00	2.286.786,86	0	2.125.176,00	974.000,00	161.610,86
37	862.993,42	981.080,30	862.993,42	981.080,30	0,00	41.952,45	862.993,42	939.127,85
Demais elementos do grupo	1.410.540,95	1.952.371,73	1.410.540,95	1.952.371,73	0,2	0	1.297.846,70	971.391,38

Fonte: Siafi-2009

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	EXERCÍCIOS							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	1.522.665,99	3.690.517,70	1.522.665,99	3.690.517,70	293.267,59	0	134.837,69	29.789,03
51	1.386.030,99	3.322.062,58	1.386.030,99	3.322.062,58	293.267,59	3.292.273,55	86.801,69	29.789,03
52	136.635,00	368.455,12	136.635,00	368.455,12	0	329.144,20	48.036,00	6.511,00
5 - Inversões Financeiras	10.340.036,51	13.400.982,59	10.340.036,51	13.400.982,59	0	0	4.644.121,14	13.221.401,50
66	7.987.000,00	12.669.900,00	7.987.000,00	12.669.900,00	749.000,00	15.000,00	2.636.500,00	12.654.900,00
61	2.353.036,51	731.082,59	2.353.036,51	731.082,59	0,00	164.581,09	2.007.621,14	566.501,50
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi-2009

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	122.460,45	97.527,30	55.060,59
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	702.240,23	704.016,36	971.391,38
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	772.191,28	862.993,42	981.080,30
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	388.541,48	401.640,72	451.295,60
3.3. Tecnologia da informação	0,00	0,00	0,00
3.4. Outras Terceirizações	383.649,80	461.352,70	529.784,70
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	67.262,20	31.262,27	14.710,28
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	84.009,68	32.700,33	16.077,22
TOTAIS	1.748.163,84	1.728.499,68	2.038.319,77

Fonte SIAFI-2009

A Superintendência Regional, entende que há compatibilidade em relação a evolução dos gastos apresentadas para o triênio 2007/2008/2009, considerando inclusive o substancial acréscimo aos valores das diárias vigentes desde julho de 2009. Sobre a aquisição de passagens, ressaltamos que para o exercício 2009, os gastos da ordem de R\$ 55.060,59, foram realizados no período de junho a dezembro, considerando as dificuldades encontradas para a viabilização do procedimento licitatório no primeiro semestre do exercício.

Com relação aos serviços terceirizados

3. Vigilância: Até o mês de Agosto/2009 a despesa mensal foi da ordem de R\$ 18.900,00 (Dezoito mil e novecentos reais); após a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com o novo

contrato a despesa mensal a partir de Setembro/2009 passou a ser R\$ 18.442,15 (dezoito mil quatrocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), tendo uma redução de 2,43%.

4. Limpeza e Conservação: No exercício de 2009 a despesa mensal foi da ordem de R\$ 18.934,00 (Dezoito mil e novecentos e trinta e quatro reais); após a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com o novo contrato a despesa mensal a partir de Janeiro/2010 passará a ser R\$ 14.970,00 (Quatorze mil novecentos e setenta reais), tendo uma redução de 20,94%.
5. Manutenção da Sede: Até o mês de Maio/2009 a despesa mensal foi da ordem de R\$ 5.083,62 (Cinco mil e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos); após a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com o novo contrato a despesa mensal a partir de Junho/2009 passou a ser R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais), tendo uma redução de 23,28%.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3 Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	140	140	
Próprios	140	140	
Requisitados	0	0	
Celetistas	0	0	
Cargos de livre provimento	7	7	
Estatutários	7	7	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	0	0	
Total	147	147	

Fonte: SIAPE

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009						
TIPOLOGIA	QTD.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	133	2.880.149,39	161.599,54	4.927.445,72	286.530,99	5.434,63
2008	137	3.774.414,18	152.035,12	5.376.649,05	492.138,86	0
2009	139	5.442.534,33	148.179,99	3.349.196,48	783.595,05	3.192,23
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
Cargo Prov Comis(sem vínculo)						
2007	7	0	163.617,05	0	0	0
2008	7	0	237.611,44	0	0	0
2009	7	0	248.070,62	0	0	0
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades		Estagiários	
					de Área-fim			
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	15	388.541,48	22	383.649,80	0	0	12	38.057,62
2008	15	401.640,72	25	461.352,70	0	0	13	47.755,29
2009	15	451.295,60	26	529.784,70	0	0	9	65.292,96

Fonte: SIAFI-SIAPE

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Observação:									

Fonte: Siafi2009

Com relação a este item, a Superintendência Regional não possui contratos de terceirização de mão de obra para áreas fins.

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

A superintendência Regional não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Atualmente o quadro de lotações da Superintendência Regional está distribuído da seguinte forma:

Tabela 69 –Distribuição de servidores

UNIDADE DE LOTAÇÃO	QUANTITATIVO				TOTAL
	ÁREA-MEIO		ÁREA-FIM		
	NI*	NS**	NI*	NS**	
1.Gabinete	4	7	8	3	22
2.Divisão Administrativa	14	10	12	0	36
3.Divisão de Obtenção	0	0	7	17	24
4.Divisão de Desenvolvimento de PA´s	0	0	12	25	37
5.Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	0	0	9	15	24
6.Procuradoria Jurídica	2	2	0	0	4
TOTAL	20	19	48	60	147

Fonte: Siape

*Servidores com Nível intermediário; ** Servidores com Nível Superior.

Historicamente nas Superintendências Regionais do INCRA, as lotações se deram em função da natureza dos cargos dos servidores, quando ingresso no quadro da Autarquia. Ao longo dos anos, a partir da atualização das diversas políticas públicas e diretrizes

governamentais às necessidades sociais, o INCRA, vem incorporando uma gama de novas atribuições institucionais que não necessariamente são acompanhadas de uma política de reestruturação de quadro de pessoal, em seus aspectos qualitativos e quantitativos.

Diante deste cenário, verificamos que uma das maiores dificuldades da administração na Unidade, inclusive no próprio exercício ao qual corresponde o relatório de gestão, tem sido a organização de pessoal de forma a balancear a carga disponível (demandas) à capacidade instalada (quadro de pessoal).

Para o exercício de 2009, foram realizados ajustes emergenciais nos setores de infraestrutura, ATES, Terra Sol e PRONAF, da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos; Quilombolas, Cadastro e Fiscalização de imóveis rurais, da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária; e, Meio Ambiente da Divisão de Obtenção de Terras. Todos estes ajustes se deram em função de estrangulamentos do quadro para o atendimento das ações, ocorridos fortuitamente pelos seguintes motivos: remoção de servidores para outras unidades jurisdicionadas, egressos do quadro por aprovação em outro concurso público, etc), impactando negativamente no desempenho das ações, uma vez que setores específicos de trabalho, à exemplo de ATES e Terra Sol, atualmente foram integrados a uma mesma equipe de servidores.

Para o exercício 2010 está previsto a realização de um estudo da Superintendência Regional, referente ao redimensionamento funcional, como forma a promover a adequação das lotações, segundo critérios qualitativos e quantitativos, à atual estrutura da autarquia, inclusive com o levantamento das demandas de capacitação.

O desempenho funcional dos servidores, atualmente é realizado por ocasião do Ciclo de Avaliação de Desempenho Individual, instituído para fins de atribuição da Gratificação de Desempenho em Atividade de Reforma e Desenvolvimento Agrário (GDARA), criada a partir da MPV nº 216 de 2004, convertida na Lei nº 11.090 de 07 de janeiro de 2005, posteriormente alterada pela Lei. nº 11.784/09.

Outro elemento de discussão importante a ser considerado é o percentual de renovação do quadro de recursos humanos que atualmente se apresenta em condições de aposentadoria é de aproximadamente 28,78 % dos servidores.

Não existe levantamento correspondente ao percentual de renovação do quadro para médio e longo prazo.

Diante de tais considerações, a Superintendência Regional tem como prioritária a recomposição do quadro de servidores de forma a garantir o cumprimento da missão institucional.

4 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
373047	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL					

Fonte: Siafi2009

Com relação a este item, após consulta no SIAFI, verificou-se que não houve movimentação da conta contábil 2.1.2.1.1.11.00.

5 Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	2.050.814,03	0,00	1.123.315,32	927.498,71
2007	732.302,71	21.000,00	342.090,20	369.212,51
...				
<p>Observações: Atos legais que autorizaram o pagamento no exercício de 2009 de RP Processados e Não-Processados inscritos até 2007:</p> <p>Decreto nº 6.708 de 23 de Dezembro de 2008;</p> <p>Decreto nº 7.057 de 29 de dezembro de 2009</p>				

Fonte SIAFI-2009

6 Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS									
Concedente(s)									
00375972/0022-95		Superintendência Estadual da Paraíba – INCRA/SR-18							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	629427	08545550/0001-06	605,00	55,00	311,61	161,61	04/08/08	31/12/10	0

7 Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

8 Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

9 Renúncias tributárias

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

10 Operações de fundos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

1 – Número do Relatório – 190107

Constatação 10.3.4.18 - referente a pendências de atendimento ao item 8.3.3.11, do Relatório 175913, referente a Auditoria de Avaliação da Gestão do Exercício de 2005

1.1 - Descrição da Recomendação:

a) informar os motivos pelos quais escolheu firmar o convênio com entidade cujo pessoal não possui a qualificação necessária, segundo afirma da própria SR-18/PB.

d) informar as providências adotadas, visando regularizar a situação do convênio que consta como inadimplente.

1.2 - Setor responsável pela implementação:

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos

1.3 - Providências adotadas: Em atenção ao MEMO/AUD/nº 439, de 05 de junho de 2009, fazendo referência a solicitação de Auditoria nº 225040 de interesse da Controladoria-Geral da União – CGU, cuja espécie requer informações acerca de

matéria de competência da Unidade Gestora da SR-18/PB, na forma consignada no item nº 120 do expediente em tela, sobre a Constatação 10.3.4.18, foi respondido através do MEMO/INCRA/SR-18/G/Nº095/2009, de 29/06/2009, enviado a Auditoria Interna, ficando evidenciado que foi realizada a Tomada de Contas Especial, com deferimento do pedido de parcelamento dos débitos em 60 (sessenta) parcelas. Tendo em vista a inadimplência do Conveniente, que pagou apenas 15 (quinze) parcelas, o Termo de Parcelamento foi rescindido e o débito remetido para inscrição em Dívida Ativa da União, encontrando no cadastro de Convenio no SIAFI na situação de Inadimplência Efetiva.

2 – Número do Relatório – 190107

Constatação 10.3.4.18 – Informar o estágio atual das providências adotadas para saneamento das falhas apontadas, após as informações prestadas por meio do MEMO/INCRA/SR-18/G/Nº095/2009, de 29/06/2009, encaminhado à CGU, por meio do Ofício/AUD/Nº156/09, de 02/07/2009.

2.1- Descrição da Recomendação do item 90 da Solicitação de Auditoria nº 223127/002.

2.2- Setor Responsável pela implementação:

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos.

2.3- Providências adotadas: Em atenção ao MEMO/AUD/nº 674, de 27 de agosto de 2009, fazendo referência a solicitação de Auditoria nº 223127 item 90, de interesse da Controladoria-Geral da União – CGU, foi respondido através do MEMO/INCRA/SR-18/G/Nº627/2009, de 09/09/2009, enviado a Auditoria Interna.

3 – Número do Relatório de Fiscalização 675/CGU/PR.

Constatações da Fiscalização, item 1: O valor da contrapartida não foi integralmente utilizado no objeto do Convênio CRT/PB/Nº06/2004 – SIAFI nº 501327.

3.1- Descrição da Recomendação: Comunicar as medidas adotadas de acordo com as constatações.

3.2- Setor Responsável pela Implementação:

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.

3.3 - Providências adotadas: Em atenção ao MEMO/AUD/Nº 298/2009, de 07 de maio de 2009 fazendo referência ao MEM.1.043/2009-GAB; Ofício nº 078/2009-AECI-MDA, referente ao Relatório de Fiscalização nº 675/CGU/PR, do 4º Sorteio do Projeto de Fiscalização, foi respondido através do MEMO/INCRA/SR-18/G/Nº/076/2009, de 21 de maio de 2009, enviado a Auditoria, com a informação da aprovação da prestação de contas

11B. Determinações e recomendações do TCU
Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA/PB					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019.354/2008-8	4544/30/2009/PL/2	1.5.1.1 e 1.5.1.2	DE	OF/1532/2009-TCU/SECEX-PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA/PB					4140
Descrição da Deliberação:					
<p>“Observe rigorosamente, quando da utilização de suprimento de fundos para pagamento de despesas, as normas relativa à matéria especialmente os ditames da Lei 4.320/1964 e do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986.”</p> <p>“Mantenha atualizado o cadastro de servidores da entidade, evitando, desta forma, a realização de pagamentos indevidos de benefícios.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão Administrativa					4140
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Item 1.5.1.1 - Adotado o procedimento administrativo modalidade inexigibilidade de licitação, conforme Processo nº 54320.000436/2008-71, para o pagamento das despesas relacionadas ao licenciamento anual dos veículos.</p> <p>Item 1.5.1.2 – Cadastramento de servidores e regularização das falhas apontadas.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Utilização de Suprimentos de Fundos somente em casos excepcionais. Atualização e manutenção dos dados cadastrais de servidores.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A conscientização dos gestores e demais servidores para o cumprimento das Normas e o bom desempenho da Gestão.					

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA/PB					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.925/2006-5	5134/44/2008/PL/1	-	DE	OF/1398/2008-TCU/SECEX-PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA/PB					4140
Descrição da Deliberação:					
Determinada autuação de Tomada de Contas Especial referente ao Convênio nº 025/2001, celebrado entre o INCRA/PB e a Prefeitura Municipal de Alhandra/PB.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Comissão de Tomada de Contas Especial.					4140
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A TCE não foi instaurada devido o Presidente da Comissão Permanente-CPTCE, encontrar-se em outro estado compondo Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, fato comunicado à Coordenação de Apoio e Procedimentos Disciplinares pelo OFÍCIO/INCRA/SR-18/G/Nº 265/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Posteriormente esta Superintendência foi comunicada da instauração da TCE pelo TCU, da qual originou-se o Acórdão Nº 2169/2009-TCU-1ªCâmara, que julgou regulares com ressalvas as contas, dando quitação aos responsáveis.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12 Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ANO DE INSCRIÇÃO	ADMISSÃO	DESLIGAMENTO	CONCESSÃO APOSENTADORIA	PENSÃO
2007	0	0	0	5
2008	0	0	0	0
2009	0	0	0	5

Fonte: SIAPE

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR18(PB)

DECLARAÇÃO

Declaramos em atendimento à disposição legal transcrita pelo art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que no exercício financeiro de 2009, não foi firmado nenhum convênio no âmbito desta Superintendência.

João Pessoa, 25 de março de 2010

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Através da Resolução/INCRA/CD/ 15, de 03 de agosto de 2009 e a IN/55, que estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA, deu-se continuidade, sob coordenação da Diretoria de Gestão Estratégica, a implementação do Sistema de Informações Rurais-SIR, módulo Monitoramento e Avaliação. A obtenção e tratamento de dados mensalmente, contribuiu para melhoria na padronização de conceitos e procedimentos, qualificando substancialmente as informações. O módulo viabilizará o confronto entre as ações programadas para execução, Sistema de Informações Rurais-SIR, módulo Planejamento (já implantado) e o efetivamente executado. A partir desses fatores e a democratização da ferramenta, possibilitará aos gestores mais atentos, acesso as informações gerenciais que lhes permitam tomada de decisões com maior celeridade e segurança.

Outro assunto que a Superintendência Regional entende como relevante é sobre as avaliações da mídia com relação ao custeio da máquina.

No exercício de 2009, o estado da Paraíba, executou, somadas todas as despesas de natureza administrativas e de suporte operacional para as ações finalísticas, o valor de R\$ 3.322.241,46, correspondente a 13% do total dos recursos empenhados pela Superintendência Regional. Deste percentual, observa-se que R\$ 1.442.349,50, apenas 6,03% estão relacionadas com despesas advindas de deslocamento (diárias,passagens/locações/combustível,manutenção de viaturas), percentual bastante razoável, considerando que sem estas atividades de campo, não seria possível a concretização das metas finalísticas.

15. Informações Contábeis da Gestão

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
 SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA – SR-18/PB

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA			373047
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	João Pessoa/PB	Data	26 de fevereiro 2010
Contador Responsável	Maria de Lourdes Amorim Campos Brito	CRC nº.	PB/005242/0-2

João Pessoa, 30 de março de 2010



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		373047/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA PARAIBA-IN CRA/SR-18		2009		DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR		49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO		PAGINA	
				30/03/2010		1	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2009	2008	TITULOS		2009	2008
RECEITAS CORRENTES		168.951,66	473.847,41	DESPESAS CORRENTES		8.482.070,06	8.344.238,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		168.951,66	473.847,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		19.184,08	1.991,88
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		15.850.023,55	8.873.488,65	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.367.505,60	8.213.843,82
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS		13.803.583,32	8.843.488,65	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS		2.125.176,00	800.000,00
SUB-REPASSE RECEBIDO		13.534.518,63	8.639.622,92	OUTRAS DESPESAS		62.42.329,60	7.413.843,82
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		13.534.518,63	8.639.622,92	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		95.380,38	128.402,96
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		269.064,66	203.865,73	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		95.380,38	128.402,96
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		2.046.440,23	30.000,00	DESPESAS DE CAPITAL		17.091.500,25	11.862.702,50
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		2.044.148,73	30.000,00	INVESTIMENTOS		3.690.517,70	1.522.665,99
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		2.044.148,73	30.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS		13.400.982,59	10.340.036,51
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		2.291,50	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		1.905.880,53	742.912,10
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		37.258.594,42	35.479.465,44	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS		261.771,52	269.064,66
VALORES EM CIRCULACAO		13.788.959,80	7.623.153,29	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		261.771,52	269.064,66
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		13.788.959,80	7.623.153,29	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		1.644.109,01	473.847,41
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		261.771,52	269.064,69	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA		1.472.865,85	0,00
VALORES DIFERIDOS		261.771,52	269.064,69	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		1.472.865,85	0,00
DEPOSITOS		624,61	41,94	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS		171.243,16	473.847,41
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		624,61	41,94	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		25.798.118,75	23.876.948,23
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		11.979.118,83	14.135.902,95	VALORES EM CIRCULACAO		11.901.825,49	13.788.959,80
FORNECEDORES		37.682,75	102.152,36	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		11.901.825,49	13.788.959,80
DO EXERCICIO		37.682,75	98.549,06	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		269.064,66	203.865,73
DE EXERCICIOS ANTERIORES		0,00	3.603,30	VALORES DIFERIDOS		269.064,66	203.865,73
RESTOS A PAGAR		11.883.944,23	13.615.671,51	DEPOSITOS		41,94	22.18,91
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		11.546.473,67	13.106.955,19	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		0,00	22.18,91
CANCELADO		337.470,56	508.716,32	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		41,94	0,00
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO		53.200,00	413.500,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		13.627.186,63	7.417.068,65
EM CONTRATOS		53.200,00	413.500,00	FORNECEDORES		102.152,36	3.603,30
VALORES EM TRANSITO		4.291,85	4.579,08	DE EXERCICIOS ANTERIORES		102.152,36	3.603,30
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		11.228.119,66	13.451.302,57	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO		13.106.955,19	7.348.314,00
INCORPORACAO DE DIREITOS		11.224.352,01	13.449.083,66	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO		413.500,00	53.200,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		11.224.352,01	13.449.083,66	EM CONTRATOS		413.500,00	53.200,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES		3.767,66	2.218,91	VALORES EM TRANSITO		4.579,08	11.951,35
EXERCICIOS ANTERIORES		3.767,66	2.218,91	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		0,00	2.464.835,14
				BAIXA DE DIREITOS		0,00	2.464.835,14
				CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		0,00	2.464.835,14
INGRESSOS		53.277.569,63	44.826.801,50	DISPENDIOS		53.277.569,63	44.826.801,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373047/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA PARAIBA-IN CRA/SR-18
ÓRGÃO SUPERIOR	48000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSÃO 30/03/2010	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	11.901.825,48	13.788.958,80	PASSIVO FINANCEIRO	11.904.044,40	13.886.293,26
CREDITOS EM CIRCULACAO	11.901.825,48	13.788.958,80	DEPOSITOS	624,61	41,94
LIMITE DE SAQUE CMNC.DE PAGAMENTO	677.473,48	339.876,14	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	624,61	41,94
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	11.224.352,01	13.449.083,66	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.641.648,27	13.627.186,63
ATIVO NAO FINANCEIRO	176.312.642,01	153.249.784,85	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	37.682,75	102.152,36
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-10.943.573,32	-13.243.907,04	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	37.682,75	98.549,06
CREDITOS EM CIRCULACAO	-11.104.560,03	-13.327.951,95	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	3.603,30
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-11.224.352,01	-13.449.083,66	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	11.546.473,67	13.106.955,19
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	119.791,98	119.791,98	A LIQUIDAR	11.546.473,67	13.106.955,19
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	1.338,73	CREDITORES DIVERSOS	53.200,00	413.500,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	160.986,71	84.044,91	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	4.291,85	4.579,08
ESTOQUES	160.986,71	84.044,91	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	261.771,52	269.064,69
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	171.543.111,63	151.836.719,93	VALORES DIFERIDOS	261.771,52	269.064,69
DEPOSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	237,30	237,30	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-11.546.473,67	-13.106.955,19
DEPOSITOS COMPULSORIOS	237,30	237,30	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-11.546.473,67	-13.106.955,19
CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	171.542.874,33	151.836.482,63	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-11.546.473,67	-13.106.955,19
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	92.167.119,86	74.686.519,86	PASSIVO REAL	357.570,73	789.338,07
CREDITOS A RECEBER	79.375.754,47	77.149.962,77	PATRIMONIO LIQUIDO	187.856.896,77	166.249.406,58
PERMANENTE	15.713.103,70	14.656.971,96	PATRIMONIO/CAPITAL	166.249.406,58	162.410.379,20
INVESTIMENTOS	29,17	29,17	PATRIMONIO	166.249.406,58	162.410.379,20
OUTROS INVESTIMENTOS	29,17	29,17	RESULTADO DO PERIODO	21.607.490,19	3.839.027,38
IMOBILIZADO	15.705.876,51	14.649.744,77	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	188.214.467,50	167.038.744,65
BENS MOVEIS E IMOVEIS	15.705.876,51	14.649.744,77	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-166.606.977,31	-163.199.717,27
INTANGÍVEL	7.198,02	7.198,02			
ATIVO REAL	188.214.467,50	167.038.744,65			
ATIVO COMPENSADO	16.278.263,49	20.434.945,77	PASSIVO COMPENSADO	16.278.263,49	20.434.945,77
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	16.278.263,49	20.434.945,77	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	16.278.263,49	20.434.945,77
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	212.621,95	216.872,92	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	212.621,95	216.872,92
GARANTIAS DE VALORES	11.356,79	85.742,57	VALORES EM GARANTIA	11.356,79	85.742,57
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	13.754.056,92	18.276.172,31	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	13.754.056,92	18.276.172,31
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.197.944,17	1.765.337,13	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	2.197.944,17	1.765.337,13
OUTRAS COMPENSACOES	102.283,66	90.820,84	COMPENSACOES DIVER SAS	102.283,66	90.820,84
ATIVO	204.492.730,99	187.473.690,42	PASSIVO	204.492.730,99	187.473.690,42



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373047/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA PARAIBA- INCRA/SR-18
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSÃO 30/03/2010	PÁGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	36.492.511,81	25.977.354,33	ORÇAMENTARIAS	25.853.256,06	20.507.366,46
RECEITAS CORRENTES	168.951,66	473.847,41	DESPESAS CORRENTES	8.482.070,06	8.344.238,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168.951,66	473.847,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.184,08	1.991,89
INTERFERENCIAS ATIVAS	13.803.583,32	8.843.488,65	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.367.505,60	8.213.843,82
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	13.803.583,32	8.843.488,65	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	95.380,38	128.402,96
SUB-REPASSE RECEBIDO	13.534.518,63	8.639.622,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.380,38	128.402,96
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	269.064,69	203.865,73	DESPESAS DE CAPITAL	17.091.500,29	11.862.702,50
MUTACOES ATIVAS	22.519.976,83	16.660.018,27	INVESTIMENTOS	3.690.517,70	1.522.665,99
INCORPORACOES DE ATIVOS	13.756.619,90	5.244.646,77	INVERSOES FINANCEIRAS	13.400.982,59	10.340.036,51
AQUISICOES DE BENS	1.085.145,44	2.575.446,44	INTERFERENCIAS PASSIVAS	261.771,52	269.064,69
INCORPORACAO DE CREDITOS	12.671.474,46	2.669.200,33	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	261.771,52	269.064,69
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	8.763.356,93	11.415.371,50	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	261.771,52	269.064,69
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	38.311.155,31	27.592.383,70	MUTACOES PASSIVAS	17.914,19	31.360,60
INTERFERENCIAS ATIVAS	4.398.131,33	4.931.165,88	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	17.914,19	31.360,60
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	2.351.691,10	4.901.165,88	LIQUIDACAO DE CREDITOS	17.914,19	31.360,60
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.044.148,73	30.000,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	27.342.920,87	29.223.344,19
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	2.291,50	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.644.109,01	479.601,41
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	33.913.023,96	22.661.217,82	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	5.754,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	33.571.785,77	22.150.282,59	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.472.865,85	0,00
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.711.780,15	2.504.168,77	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	171.243,16	473.847,41
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	123.288,00	70.099,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	25.698.811,86	28.743.742,78
INCORPORACAO DE DIREITOS	31.736.717,58	19.576.014,82	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	15.356.981,41	23.051.612,47
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	341.238,21	510.935,23	BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.492.020,90	2.420.146,49
DEFICIT			BAIXA DE BENS MOVEIS	403.026,59	320.416,02
			BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	2.225.791,70	4.387.248,95
			BAIXA DE DIREITOS	11.236.142,22	15.923.801,01
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	10.323.838,45	5.656.730,31
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.992,00	35.400,00
			AJUSTES NÃO FINANCEIROS	17.992,00	35.400,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	21.607.490,19	3.839.027,38
			SUPERAVIT	21.607.490,19	3.839.027,38
VARIACOES ATIVAS	74.803.667,12	53.569.738,03	VARIACOES PASSIVAS	74.803.667,12	53.569.738,03



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	3/3047/3/201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA PARAIABA-INCRA/SR-18
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSÃO 30/03/2010	PÁGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	25.347.647,34	-25.347.647,34
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	8.256.147,05	-8.256.147,05
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	19.184,08	-19.184,08
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	8.236.962,97	-8.236.962,97
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	17.091.500,29	-17.091.500,29
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	3.690.517,70	-3.690.517,70
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	13.400.982,59	-13.400.982,59
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	25.347.647,34	-25.347.647,34

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicadores a serem apresentados pelo INCRA

Superintendência Regional do Incra na Paraíba - SR(18)PB

INDICADOR	DESCRIÇÃO	AGREGAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PERIODICIDADE	UNIDADE	FÓRMULA	FONTE	RESULTADO
ÁREA: ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 10.267/2001, de acordo com os prazos definidos pelo artigo 10 do Decreto nº 4.449/02 (Decreto 5.570/05 e Lei 5.868/72), em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. · <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.</u>	$115.813,0000 / 4.460.778,8295 = 79,0\%$
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação analisados no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2009 , permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada / 11 no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	Número de processos com análise de certificação finalizada – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Número de processos de certificação protocolados– Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	$19 / 21 = 90,47$

Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de famílias regularizadas e tituladas no exercício nos termos da Lei 11.952/2009 (Amazônia Legal) e IN 45/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<p>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</p>	<p>Número de famílias regularizadas e tituladas – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.</p> <p>□ Número de famílias com processos de regularização fundiária iniciados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.</p>	374 / 1026 = 36,45
-----------------------------------	---	-----------------------------------	-----------	---------------	-------------	--	--	--------------------

INDICADOR	DESCRIÇÃO	AGREGAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PERIODICIDADE	UNIDADE	FÓRMULA	FONTE	RESULTADO
ÁREA: OBTENÇÃO DE IMÓVEIS PARA REFORMA AGRÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuado pelo Incra por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.	1712.764,80/2071,0118= 827,02
							<input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	<input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	19/18=105,60%
							<input type="checkbox"/> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – Sistema Supra e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	

Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licenças em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente- Sudema.	76 / 238= 31,90%
							Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	

INDICADOR	DESCRIÇÃO	AGREGAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PERIODICIDADE	UNIDADE	FÓRMULA	FONTE	RESULTADO
ÁREA: DESENVOLVIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO								
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema SIR.	1470 / 430 = 341,86 %
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	<input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA – Aprovado pela Unidade Gestora responsável pela análise do documento quando da entrega e SIR <input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	52 / 271 = 19,18

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	<input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR.	320/430=74,41
							<input type="checkbox"/> Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia no exercício nos assentamentos, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	<input type="checkbox"/> Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	1227 / 430 =285,34
							<input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	

INDICADOR	DESCRIÇÃO	AGREGAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PERIODICIDADE	UNIDADE	FÓRMULA	FONTE	RESULTADO
ÁREA: DESENVOLVIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO								
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	<input type="checkbox"/> Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por ano safra – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	296/13.619 = 2,17
Índice de repasse financeiro para Assistência Técnica	Expressa a quantidade financeira repassada às prestadoras de Assistência Técnica, em face do pactuado nos instrumentos do convênio ou documento similar	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Valor de empenhos liquidados pagos para convenentes, contratadas e parceiras, dividido pelo valor financeiro pactuado nos instrumentos de convênio, contratos e termos de parceria, multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Valor de empenhos liquidados pagos para convenentes, contratadas e parceiras de Assistência Técnica – Apurado nos Sistemas SIAFI em relação ao Programa 1427/Ação 4470.	6.234.771,99 / 2.733.808,86 = 43,84
							<input type="checkbox"/> Valor financeiro pactuado nos instrumentos de convênio – Conforme instrumentos jurídicos firmados entre a Autarquia e a Entidade Prestadora.	

Índice de provimento de Assistência Técnica.	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	8385/13619=61,60
							<input type="checkbox"/> Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	
Renda média das famílias (por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	<u>Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.</u>	

INDICADOR	DESCRIÇÃO	AGREGAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PERIODICIDADE	UNIDADE	FÓRMULA	FONTE	RESULTADO
ÁREA: DESENVOLVIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO								
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de parcelas fiscalizadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR.	
							<input type="checkbox"/> Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<input type="checkbox"/> Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Não possui
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	1249/12447= 10,03

INDICADOR	DESCRIÇÃO	AGREGAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PERIODICIDADE	UNIDADE	FÓRMULA	FONTE	RESULTADO
ÁREA: GESTÃO ADMINISTRATIVA								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	36/139=25,89
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	<div>Horas/</div> <div>funcionário</div>	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<input type="checkbox"/> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	4124/139=30
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> SIAFI	7/5=140

Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD.	Auditoria Brasília
							<input type="checkbox"/> Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	